ANTICAPITALISTA #2

MAR/ABR 2017 | REDEANTICAPITALISTA.NET

O Ponto do Porto ✪ Movimento Estudantil fora dos grandes centros urbanos (A abrir janelas onde nem paredes havia) ✪ Precários do Estado: entrevista a Rodrigo Rivera ✪ Democracia e abertura contra o partido-fracção ✪ Marcha Pelos Direitos das Mulheres e Igualdade de Género ✪ Sessão de Esclarecimento: Processo de integração no Estado ✪ Obreirismo e classismo no movimento da mudança ✪ Lenine ou a política do tempo partido ✪ A pulsão plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais ✪ Artigos de Daniela Alves Ribeiro, Fábio Capinha, Francisco Louçã, Brais Fernández e Raúl Parra, Daniel Bensaïd, Deni Rubbo ✪

Anticapitalista #2 | Mar/Abr 2017

3 Editorial: Que força é essa?
Adriano Campos e Andrea Peniche

Em Rede

4 O Ponto do Porto
Daniela Alves Ribeiro

7 Movimento Estudantil fora dos grandes centros urbanos (A abrir janelas onde nem paredes havia)
Fábio Capinha

9 Precários do Estado: entrevista a Rodrigo Rivera

11 Democracia e abertura contra o partido-fracção
Francisco Louçã

Vai acontecer

16 Marcha Pelos Direitos das Mulheres e Igualdade de Género e Sessão de Esclarecimento: Processo de integração no Estado

Sem Fronteiras

17 Obreirismo e classismo no movimento da mudança
Brais Fernández e Raúl Parra

Fundamentos

21 Lenine ou a política do tempo partido
Daniel Bensaïd

Outras Palavras

30 A pulsão plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais
Deni Rubbo

redeanticapitalista.net
facebook.com/redeanticapitalista
info@redeanticapitalista.net

Que força é essa?

ANDREA PENICHE* E ADRIANO CAMPOS**

Este 2.º número da Revista *Anticapitalista* sai depois de uma participada *I Conferência Nacional da Rede Anticapitalista*. Sob o mote "Ação por um partido militante", os membros da RA aprovaram, no final de janeiro, a sua primeira resolução política e constituíram um corpo coordenador. Nos meses que se seguem, todo o trabalho será pouco para fortalecer as lutas sociais e dar espaço à imaginação política na construção de ativismos mobilizadores, cujas pistas são dadas nos artigos que se seguem.

Na rubrica *Em Rede*, a Daniela Alves Ribeiro escreve sobre o direito à cidade e os primeiros passos de resistência à turistificação no Porto. No mês em os regimes fundacionais nas universidades provocaram respostas mais organizadas, o Fábio Capinha conta sobre a experiência da construção de coletivos estudantis. Já as perspectivas e reinvindicações dos #Precários do Estado estão presentes na entrevista dada pelo Rodrigo Rivera. A secção fecha com o texto do Francisco Louçã, "Democracia e abertura contra o partido-fracção. Métodos de direção e identidade bloquista", que nos desafia a pensar as formas de organização para um partido de massas. Um desafio que se prolonga e comunica com o texto de Brais Fernández e Raúl Parra em *Sem Fronteiras*, que nos dá conta da relação entre classe e movimento social no debate singular do *Podemos*. No caminho que nos leva ao centenário da Revolução Russa, recuperamos um texto incontornável de Daniel Bensaïd, que polemiza sobre Lenine e a política do tempo partido em *Fundamentos*. Por fim, Deni Rubbo apresenta-nos uma recensão crítica da obra de Ruy Braga em *Outras Palavras*.

Boas leituras.

* Coordenadora editorial. Ativista do movimento feminista e militante do Bloco de Esquerda.

** Sociólogo. Ativista contra a precariedade, animador do espaço ContraBando e dirigente do Bloco de Esquerda. Publicou recentemente A Falácia do Empreendedorismo (com José Soeiro).

O Ponto do Porto

DANIELA ALVES RIBEIRO*

Foto Neil Moralee Licença CC BY-NC-ND 2.0

Cinco décadas após a primeira utilização do termo gentrificação enquanto designação de uma violenta transformação urbana dos bairros operários londrinos em bairros de classe média – o fenómeno generalizou-se em zonas estratégicas das cidades, conduzindo à sua valorização artificial e à expulsão das populações economicamente mais vulneráveis, incapazes de "pagar o seu direito à cidade", então progressivamente empurradas para as margens urbanas.

Enquanto processo de elitização do espaço urbano, este fenómeno de substituição populacional tem vindo a afirmar-se no Porto a uma velocidade vertiginosa e inversamente proporcional ao direito à cidade. Reflecte-se nas crescentes dificuldades de acesso ao mercado de arrendamento habitacional, na monofuncionalização urbana ou no agravamento da precariedade que caracteriza o trabalho no sector turístico. Estes fenómenos sociais são hoje facilmente dissimulados pela limpeza urbana, fachadismo e dinâmicas lúdicas que têm vindo a animar a Cidade.

No Porto, este fenómeno surge associado a um turismo enquanto "tábua de salvação" de um centro antigo deprimido e abandonado durante anos em prol de uma política urbana de expansão periférica. A venda da imagem "Porto, Património Mundial da Humanidade" (2006) surge como pretexto perfeito para uma transformação especulativa da

Cidade – então classificada – acelerada nos últimos anos por uma «nova lei do arrendamento urbano» e pela liberalização dos instrumentos de gestão urbanística, consequentes de um urbanismo neoliberal.

Num contexto político-operativo em que a classificação enquanto património de uma determinada área da Cidade – porque entendida como fundamental para a nossa identidade enquanto seus habitantes – deveria garantir a sua defesa perante os processos especulativos e até mesmo as necessidades vitais da contemporaneidade, deparamo-nos com o paradoxo de uma extensiva exclusão ao direito de usufruto desta Cidade e de todo o acesso à cultura que nela se encerra, formalizado, em parte, pela expulsão dos seus habitantes sob o pretexto de operações de reabilitação urbana, muitas com vista à exploração turística. A este fenómeno, as entidades governativas têm respondido não só com uma posição oficial favorável, mas também com o apoio financeiro suporte destas dinâmicas urbanas, entendendo então os próprios habitantes como uma ameaça, enquanto elementos de resistência ao processo de desenvolvimento económico.

A própria intervenção arquitectónica a que são submetidos os edifícios que suportam este entendimento de identidade denota mais uma espécie de imposto cultural determinado pelo poder público do que qualquer consciência ou convicção patrimonial, conduzindo ao desmantelamento das próprias arquitecturas e estruturas urbanas, suporte da imagem de marca "Porto, Património Mundial da Humanidade". Passa o "Porto." a confundir-se com qualquer outro ponto, replicável num qualquer parque temático, onde o simulacro de preservação se afirma enquanto "política de reabilitação urbana".

Naturalmente, a voracidade deste fenómeno urbano não poderá ser desconectada de uma sobrevalorização institucional do turismo de massas, subjacente a um conceito de desenvolvimento criado nos Estados Unidos da América no final dos anos quarenta, associado à emergência de uma sociedade de consumo de massas e à democratização do lazer, conduzindo ao enraizamento de uma cultura consumível, simultâneo ao de um consumo enquanto cultura. Daqui, a perda do património e das dinâmicas que suportam a civitas; a perda da cidade, então esvaziada pela sua própria mercadorização.

Estamos perante um cenário de transformação urbana e social no qual a resposta pública negligencia qualquer abordagem a fundo e de forma equilibrada, demitindo-se do seu papel planeador e regulador, irrompendo de forma isolada – espacial e temporalmente – e paliativa, perante uma cidade caracterizada por uma crescente segregação funcional, agravante dos desequilíbrios sociais que caracterizam o Porto de hoje.

A PRÓPRIA INTERVENÇÃO ARQUITECTÓNICA A QUE SÃO SUBMETIDOS OS EDIFÍCIOS QUE SUPORTAM ESTE ENTENDIMENTO DE IDENTIDADE DENOTA MAIS UMA ESPÉCIE DE IMPOSTO CULTURAL DETERMINADO PELO PODER PÚBLICO DO QUE QUALQUER CONSCIÊNCIA OU CONVICÇÃO PATRIMONIAL, CONDUZINDO AO DESMANTELAMENTO DAS PRÓPRIAS ARQUITECTURAS E ESTRUTURAS URBANAS, SUPORTE DA IMAGEM DE MARCA "PORTO, PATRIMÓNIO MUNDIAL DA HUMANIDADE".

Pensar o Porto de forma participada a partir dos fenómenos que têm vindo a assomar-se enquanto resultados da fragilidade em que a cidade democrática se encontra é o que se tem procurado fomentar, enquanto activistas que, de forma mais ou menos directa, têm vindo a desenvolver trabalho de proximidade e de reconhecimento das problemáticas com que se deparam os que vivem (n)a Cidade[1]. Importa agora perceber como poderá este fenómeno ser revertido a partir de medidas incisivas e direccionadas para quem nela vive e aqui encontra o espaço da cidadania, promovendo uma desejável heterogeneidade funcional, correspondente a um ideal de viver, trabalhar e recrear-se na mesma cidade.

**Arquiteta, ativista do Coletivo Habita.*

1 – Destacam-se os debates conduzidos no 4.º Fórum da Precariedade e Desemprego "Ninguém fica para trás", 16 e 17 de Dezembro de 2016 (Precários Inflexíveis) relativo à precariedade no turismo e na Jornada com os Left Hand Rotation "*Gentrificação* em Conversa", 22 de Janeiro de 2017 (Contrabando- espaço associativo, Habita65, Left Hand Rotation, Projecto Inducar, Punkto, The Worst Tours), assim como a campanha em curso "Turismo precário" (Habita65, Precários Inflexíveis) e o Workshop relativo aos fenómenos de *Gentrificação* a acontecer no Porto em Abril de 2017 (Contrabando- espaço associativo, Habita65, Left Hand Rotation, Projecto Inducar, The Worst Tours).

Movimento Estudantil fora dos grandes centros urbanos (A abrir janelas onde nem paredes havia)

FÁBIO CAPINHA *

O texto que se segue ao titulo poderia passar por uma analise detalhada ao tráfego rodoviário e pedonal de alunos que vão e vêm da escola para casa e da casa para a escola, por aí teríamos feito, sem duvida alguma, toda a justeza ao título do texto que se propõe escrever.

Não é ser cínico começar com uma dose de sarcasmo, é simplesmente tentar encher de caracteres, um tema que não tem muita expressão nem muito significado na vida de grande parte dos estudantes do ensino superior, que como eu, não estudam nas cidades de Lisboa, Porto ou Coimbra.

É inútil começar este artigo sem explicar de onde vem todo este sarcasmo, estudo no IPLeiria. Sendo este o meu quinto e desejado ultimo ano, durante todo esse tempo passei de um esperançoso pupilo, que se baseia nos livros de Gorki, para levar a cabo o seu percurso científico e académico, para um enfadado estudante que já vê a academia como reflexo dos muitos problemas societais que o nosso sistema capitalista promove.

"Os sonhos do Ser-Humano* não conhecem limite, contudo, muito lentamente a humanidade se vai enchendo em dons de espirito, pois para viver tem de colecionar dinheiro em vez de ciência, só quando banirmos de vez a avidez seremos realmente livres!" [1]

Este foi o mote que levei, quando entrei para a academia, também esperei banir a avidez.

Contudo neste último ano resolvi com ajuda de outros colegas, criar um coletivo aberto à comunidade académica, com o intuito de organizar sessões e debates, que falassem daquilo que em cinco anos nunca vi discutido na escola, desde o regime fundacional, à falácia do empreendedorismo e por último um jeitoso debate sobre as praxes, como se poderia falar de movimento estudantil sem abordar as praxes?

O leitor que me lê deve julgar que fraca consequência terá tido este coletivo, para suscitar tanto sarcasmo, se assim for o caso, desengane-se, embora tenhamos tido reações desconfiadas ao início, logo começamos a construir confiança junto da comunidade, confesso que mais junto da comunidade docente do que propriamente dos nossos colegas, tivemos algumas declarações simpáticas como: "Em dezoito anos que leciono nesta escola nunca vi nada parecido", ou "Desde que trabalho na biblioteca da escola nunca vi realizar-se aqui coisa parecida com um debate."

Percebe-se facilmente o ponto da situação, um sítio onde organizações estudantis, à margem de associações de estudantes e núcleos de cursos, simplesmente não existem. Aqui o movimento estudantil, manifestações antipropinas, campanhas disputadas às associações de estudantes, etc, são aliens.

A campanha de despolitização levada a cabo na generalidade do ensino superior tem maior consequência em cidades que não são as citadas acima, a

discussão crítica fica muito debilitada, pois não há em cidades como Leiria espaços alternativos de discussão, como em Coimbra existem as republicas. Também podemos referir o facto de que o fluxo de alunos que adere a faculdades ou politécnicos, fora de lisboa e porto, o faz não só mas também por razões económicas e essa limitação financeira acaba por limitar também a sua participação nos processos de decisão da sua faculdade ou politécnico.

Podemos culpar a praxe que hierarquiza e suaviza os espíritos mais rebeldes, dizendo que a rebeldia é ser praxado para depois praxar, podemos culpar as associações de estudantes por funcionarem como comissões de festas, e esquecerem todo o seu papel como sindicato dos estudantes, os órgãos do conselho geral por não incentivarem a discussão pública e até por preferirem o obscurantismo de muitos temas que nos interessam a todos. Depois podemos culpar a macro pintura, a sociedade competitiva que vira cada um para dentro de si, a crise económica que não dá espaço para as pessoas serem pessoas, no final podemos até culpar o capitalismo pois é na verdade o culpado de todos os males, não fosse o autor um bom anticapitalista.

ESTES MOVIMENTOS QUE DESCREVO AQUI MOSTRAM QUE ALGO ESTÁ A MUDAR NO PARADIGMA ESTUDANTIL, EMBORA NÃO PODENDO CONCORRER DIRETAMENTE COM OS MOVIMENTOS HEGEMÓNICOS DA PRAXE, OU, SALVO RARAS EXCEÇÕES, GANHAR ASSOCIAÇÕES ACADÉMICAS, ESTES GRUPOS DEMONSTRAM QUE HÁ INTERESSE EM DISCUTIR TEMAS SÉRIOS, DINAMIZAR O ESPAÇO ESTUDANTIL COM ATIVIDADES QUE PROMOVEM A CONSTRUÇÃO CRÍTICA, ASSIM COMO PENSAR NUMA OUTRA ESCOLA, NUMA OUTRA ACADEMIA.

Portanto, na sua generalidade o politécnico onde estudo encontra-se adormecido, na sua qualidade de gerador massa crítica, mas existem exemplos bons lá fora, que dão força a quem vereda por este caminho do ativismo estudantil. O facto da Lista L da FCSH ter ganho a AE, que engloba colegas das lutas nobres da *Não Vai Ter Fundação* e da *AlternAtiva*, a criação de coletivos que propõem levar a cabo uma integração alternativa à praxe, coletivos que se propõem a organizar debates e conferencias para a discussão de temas importantes para a academia e comunidade como o *Coletivo Economia Sem Muros* da Nova, *Coletivo Agora Pensa* de Coimbra.

Estes movimentos que descrevo aqui mostram que algo está a mudar no paradigma estudantil, embora não podendo concorrer diretamente com os movimentos hegemónicos da praxe, ou, salvo raras exceções, ganhar associações académicas, estes grupos demonstram que há interesse em discutir temas sérios, dinamizar o espaço estudantil com atividades que promovem a construção crítica, assim como pensar numa outra escola, numa outra academia.

Estes exercícios ajudam-nos a perceber o quanto há para fazer no ensino superior, combater propinas, combater a praxe com a criação de integrações positivas, combater regimes fundacionais que implicam a semiprivatização do ensino superior, tornar a escola um espaço democrático em que as decisões passam pelo conhecimento dos alunos, informar e esclarecer os alunos sobre o mercado de trabalho sendo estes os próximos precários em estágios infinitos, transformar as associações de estudantes em sindicatos ativos na defesa do interesse da comunidade estudantil.

O modesto coletivo que ajudei a fundar chama-se *Coletivo CE – Conhecimento e Emancipação*, lançamos o debate do regime fundacional, questionamos o dogma do empreendedorismo, debatemos a praxe, e temos cada vez mais temas e ideias de atividades para fazer, temos pouco tempo sim, mas recebemos simpatia e respeito de docentes e alunos que nos seguem, existe curiosidade no que fazemos e interesse em participar, estas são as sementes que lancei ao chão em cinco anos de IPLeiria, agora é fazer com que os frutos sejam abundantes.

*Estudante de Engenharia Electrotécnica e Computadores, Coordenador da distrital de Leiria do Bloco de Esquerda.

Precários do Estado: entrevista a Rodrigo Rivera*

QUAIS AS EXPECTATIVAS SOBRE A REGULARIZAÇÃO DOS PRECÁRIOS DO ESTADO?

O Governo criou expectativas sobre a regularização dos Precários do Estado desde o início do ano passado, mas demorou imenso tempo a divulgar o relatório sobre a precariedade no Estado, tendo falhado 3 vezes o prazo. Ainda assim, tivemos como conclusão desse levantamento um número considerável e que prova a dimensão vergonhosa da contratação precária no Estado. São 116 mil vínculos precários e mesmo assim não incluiu uma dimensão enorme da precariedade no Estado que são os contratados em funções permanentes do Estado através de empresas de trabalho temporário, vulgarmente conhecido como "outsourcing".

As expectativas são claras. Não aceitamos que ninguém fique para trás. A uma função permanente deve corresponder um contrato efetivo permanente. Um Governo que quer verdadeiramente eliminar as ilegais contratações precárias no Estado não pode deixar de fora situações como as precárias do Centro Hospitalar do Oeste, que trabalham em Hospitais públicos há mais de uma década; não pode deixar de fora os Formadores do IEFP, que representam milhares de trabalhadores a recibos verdes há anos a fio; não pode

deixar para trás as Amas da Segurança Social, que garantem o conforto e segurança de milhares de centenas de crianças pelo país, mas que são consideradas "freelancers", através dos famosos recibos verdes.

HÁ NOVOS PROTAGONISTAS EM LUTA? QUE REDES SE MOVEM? QUE PAPEL DOS SINDICATOS NO PROCESSO?

Temos tido a oportunidade de envolver muitas ativistas por todo o país, com vínculos diferentes, histórias de vida únicas, mas que são sobretudo, pessoas que dão corpo a lutas pelo seu direito a ter um vínculo permanente para uma função permanente. Há novos protagonistas a surgirem, e com muita capacidade de ação. Os Bolseiros de Gestão da Ciência e Tecnologia (BGCT), que cumprem funções permanentes em Universidades, Centros de Investigação e instituições afins, os formadores do IEFP, que garantem a formação nos inúmeros Centros de Emprego do país e trabalham a recibos verdes; os estagiários PEPAC e PEPAL, que ao invés de terem uma oportunidade de aprendizagem e crescimento profissional, viram-se a cumprir funções permanentes em serviços públicos com falta de funcionários.

TEMOS TIDO A OPORTUNIDADE DE ENVOLVER MUITAS ATIVISTAS POR TODO O PAÍS, COM VÍNCULOS DIFERENTES, HISTÓRIAS DE VIDA ÚNICAS, MAS QUE SÃO SOBRETUDO, PESSOAS QUE DÃO CORPO A LUTAS PELO SEU DIREITO A TER UM VÍNCULO PERMANENTE PARA UMA FUNÇÃO PERMANENTE. HÁ NOVOS PROTAGONISTAS A SURGIREM, E COM MUITA CAPACIDADE DE AÇÃO.

Os sindicatos têm cumprido o seu papel e a sua inclusão nas comissões anunciadas pelo Governo é essencial para que o processo corra bem. Destacamos o papel importantíssimo da FENPROF e do SNESUP na pressão que têm colocado no Governo para que este processo seja mais do que uma ação de propaganda e que represente de facto uma viragem na política de contratação precária de professores em todos os níveis da Educação.

COMO TEM CORRIDO A CAMPANHA #PRECARIOSDOESTADO E COMO NOS PODEMOS JUNTAR A ESSA CAMPANHA?

A campanha tem corrido muito bem, com pequenas vitórias que se vêm acumulando desde o início do processo. Estamos presentes nos media, na pressão ao Governo e na divulgação de informações para #PrecáriosdoEstado que tenham dúvidas sobre como o processo decorre. Também temos tido oportunidade de ajudar a organizar grupos de precários que sabem, tal como nós, que este não será um processo de regularização dado de mão beijada pelo Governo.

No entanto, somos sempre poucos para garantir que esta campanha tenha a força que realmente pode e deve ter. Para se juntar a esta campanha, convidamos todos primeiramente a assinar e divulgar a petição disponível em *www.precariosdoestado.net*. Em segundo lugar, caso queiram organizar-se com colegas de trabalho em situação precária no Estado, podemos ajudar nessa organização com know-how e informação regularizada sobre o processo. Em terceiro lugar, estamos sempre a precisar de ajuda e de mais sindicatos, grupos organizados e pessoas individuais para participar nas atividades nacionais da campanha dos #PrecáriosDoEstado. Para isso, basta enviar email para precariosdoestado@gmail.com a indicar que quer participar da campanha.

*Rodrigo Rivera, Gestor de projetos no Estado, ativista na luta contra a precariedade, militante de base do Bloco.

Nota introdutória sobre o "partido-fracção"

FRANCISCO LOUÇÃ*

O texto que se segue é uma secção do "Contributo sobre a estratégia do Bloco de Esquerda" que foi discutido na Comissão Política, na Mesa Nacional e entre a militância do Bloco em 2012, depois da derrota eleitoral e durante o governo da troika.

Seis anos antes tínhamos discutido um texto sobre "Rumo Estratégico" e, em circunstâncias tão diferentes depois da intervenção da troika e do fim do governo Sócrates, essa discussão foi retomada para pensarmos a estratégia do partido. No contexto do tema geral, uma parte do texto tratava da experiência de organização e de direcção que tem feito do Bloco um partido muito diferente de outros comparáveis – mas que vive ameaçado pelos mesmos perigos.

Nesta secção discutem-se as normas organizativas. Não se trata dos Estatutos ou das regras gerais que garantem direitos e deveres, mas antes as escolhas políticas sobre como se forma uma direcção e um colectivo militante para conseguir objectivos consistentes na luta política socialista. Em particular, este texto ataca os procedimentos que conduzem à noção e à prática do "partido-fracção" e que são predominantes nas culturas das esquerdas: perante uma crispação pessoal ou uma diferença política, o "partido-fracção" é a mecânica do agigantamento das contraposições para criar um campo disciplinar separado e para justificar as divergências seguintes, que busquem confirmar que todo o debate táctico tem um porte estratégico e portanto está grávido de uma cisão.

Um "partido-fracção" é por isso a expressão da cultura caciquista, de afirmação de um grupo que tem de gerar os seus próprios discursos diferenciadores, que tem de promover uma ecologia interna de suspeição sobre os outros, que tem de sustentar boatos e jogos de espelhos para blindar militantes ao debate e para converter discípulos. Foi assim que se perderam muitos partidos revolucionários e o que se passa agora em vários países europeus ou no Brasil só confirma como, perante um abalo político ou uma derrota, o "partido-fracção" ou "partido-seita" se torna uma mecânica de destruição.

O Bloco passou por vários riscos e ameaças de "partido-fracção" ou por infiltrações que preparam o "partido verdadeiro", mas tem vencido esses desafios. É bom que se aprenda com esses desafios e com as nossas respostas, vitórias e impasses.

Lembremo-nos por exemplo de como, não há muito tempo, um grupo de militantes fez publicar na Lusa um abaixo-assinado para tentar evitar que Mariana Mortágua fosse deputada e perguntemo-nos o que pode ter levado a essa conjugação. A resposta é simples: a cultura do "partido-fracção", neste caso até de vários "partidos-fracções".

Vencer a cultura do "partido-fracção" é uma condição para um partido com influência de massas e com capacidade de lutar pelo socialismo.

Democracia e abertura contra o partido-fracção

Métodos de direção e identidade bloquista

EXTRACTO DE "CONTRIBUTO SOBRE A ESTRATÉGIA DO BLOCO DE ESQUERDA: NA ERA DOS CREDORES, O RUMO ESTRATÉGICO PARA A ESQUERDA É CRIAR MOVIMENTO E UNIDADE CONTRA A TROIKA.

FRANCISCO LOUÇÃ, 1º DE MAIO DE 2012

Os debates no Bloco de Esquerda têm uma história. Já foram organizados de três modos diferentes e por vezes simultâneos e sobrepostos.

Há uma primeira forma de debate normal, com intervenções e emendas sobre resoluções na reunião da Mesa Nacional. Sempre temos conseguido sintetizar posições, conseguir acordos políticos e melhorar as propostas – há sensatez nessa forma de trabalhar, porque nos torna mais atentos às particularidades, às percepções sociais, à experiência regional, às sensibilidades da política. Tem sido a nossa forma normal de trabalhar.

Há uma segunda forma, que é dos debates de tendências, a que chamamos de moções, nas nossas Convenções; seguem a norma estatutária, cada uma agrupa posições como entende, que estão unidas por uma vontade de afirmar uma proposta de política comum. Esse debate não serve para sintetizar entre moções diferentes, mas é a forma legítima de lutar pela direcção. Tem sido prática comum e assim continuará a ser. É o modo normal de exprimir diferenças importantes ou projectos próprios.

Houve ainda uma terceira forma de debate, que foi a marcada por um grupo que, poucos meses depois de entrar no Bloco, em 2000, já definia o seu objectivo de constituir um partido separado. Desse debate nada houve de relevante, porque todas as posições eram contaminadas pela deslealdade. Um debate nesses termos é impossível e é uma boa lição para todos. Só se respeita quem está no mesmo barco.

No entanto, apesar da sua marginalidade e artificialidade, acho que esse debate envenenado é o que mais nos pode ensinar, porque ele desvenda uma tradição profunda nas esquerdas, que aparece em todo o lado e em todos os tempos. E que cresce sobretudo nos tempos de crise social e de dificuldades políticas, ou de grandes mudanças, como nos dias de hoje. É a tra-

dição do sectarismo e do fechamento, a pulsão trágica para a hipertrofiação das divergências, a máquina de justificação de campos de delimitação e de exclusão.

Por isso, sobre o sectarismo e sobre o modo de trabalhar de uma direcção colectiva:

A) DEBATES E FECHAMENTO SECTÁRIO.

Quando um debate se constitui por uma diferença que depois se esvai, mas nesse caminho já se agigantou uma divergência que ninguém sabe definir, é a tradição do "partido-fracção" (como o termo fracção tem leituras diferentes segundo histórias diferentes, usarei para o mesmo efeito o termo de "partido-seita", para sublinhar que a espiral sectária como forma de organizar uma posição é um modo de política). Quando o debate se define por uma desconfiança organizativa, que logo se transforma em ódios pessoais, é o partido-seita. Quando o debate se institui com uma suspeita para radicalizar os campos, é o fechamento sectário. Quando se procura o máximo da divergência e não o máximo da convergência, é o sectarismo. Quando se quer contar votos sem diferenças políticas ou mesmo com diferenças não-essenciais, é o partido-seita. Quando se quer afastar aquele dirigente porque não temos simpatia por ele, é o sectarismo.

O partido-seita procede sempre por suspeições, por separações sucessivas, por purificações, até só restar um núcleo de devoção pessoal. Vamos lá, todos os militantes de esquerda sabem do que estou a falar: todos já vivemos, e eu certamente já vivi, essa vertigem da opinião ou o efeito de bola-de-neve das divergências. Todos sabemos como é fácil formar teorias da diferença. Há sempre quem se sinta injustiçado por não ter o lugar que entende merecer, há sempre quem tenha uma intuição diferente sobre a forma de dizer ou de fazer, há sempre quem prefira outro caminho. Afinal de contas, um partido que toma centenas de posições por cada mês que passa, que vota questões difíceis todas as semanas, que está na luta por alternativas que são tão arriscadas, tem de ter dentro de si ambições insatisfeitas, críticas várias, muitas hostilidades. E pode resolvê-las com prudência ou pode precipitar-se, como quase sempre fez a esquerda, no jogo de divergências sobre-ideologizadas, em crescendo, que conduz implacavelmente ao sectarismo.

Permitam-me a arrogância de afirmar que, se o Bloco se constituiu, foi porque teve gente capaz de rejeitar essa tradição, em que todos nascemos e vivemos toda a vida, do partido-seita. Se não o tivéssemos feito durante treze anos, hoje nada existiria senão grupúsculos; cada uma pode perguntar-se o que seria a força da esquerda se fosse uma colecção de coisas como a PO, MRPP, MAS, POUS, RDA e quejandos. O Bloco fez-se porque quisemos sair do tempo dos grupos.

Contrariar o fechamento e o sectarismo implica por isso colocar sempre as diferenças tácticas na prateleira de baixo, onde possam ser revolvidas. É pelos acordos máximos que se faz um partido de massas.

A sabedoria de uma direcção, portanto, não está em evitar os debates, está pelo contrário em estimulá-los, mas evitando a polarização precipitada, explorando todas as hipóteses de aproximação, procurando sempre máximos denominadores comuns. Recusar o sectarismo é evitar o jogo implacável da divergência. Entendamo-nos: se queremos um partido de massas temos de viver com as diferenciações de consciência, de estratégia e de políticas que esse partido gera e em que respira. Serão bem maiores do que as maiores que temos hoje no Bloco. E teremos de as resolver. Os métodos para as resolver são o contrário do partido-seita, são mestiçar e não purificar, são juntar e não separar. É assim que se definem orientações claras, que se fazem escolhas e que se consegue o máximo de apoio para a política de um partido de massas.

A recusa da cultura do sectarismo é talvez a mais importante definição interna que o Bloco de Esquerda deve reafirmar e fazer viver.

B) SIM, A DEMOCRACIA SÃO LISTAS DIFERENTES SE OS ACTIVISTAS QUISEREM.

Já sei que a crítica ao que ficou escrito atrás vai ser esta: mas estás a condenar o direito sagrado de apresentar propostas alternativas, listas e moções, que só ajudam ao debate democrático e à clarificação de posições. Não estou. Apresentem-se as listas que se quiserem apresentar. Esse direito está nos Estatutos e está na nossa cultura. Vão em frente quem quiser lutar por uma ideia, por uma relação de forças, por um projecto. Têm o direito de o fazer. Têm até a obrigação de o fazer, se essa é a sua convicção. Ainda bem que apareceram as que apareceram até hoje no Bloco.

O que estou a discutir é muito diferente e muito mais importante: estou a falar de práticas de trabalho de uma direcção. Uma direcção não se faz pela colagem de listas. Há proporcionalidade das listas no Bloco mas a proporcionalidade não faz uma direcção. Estou por isso a discutir como se envolvem os quadros e dirigentes na construção de entendimentos, de conversações, de aproximações, de confiança em projectos comuns. E parece-me que só contribui para uma direcção, a longo prazo, quem rejeita o sectarismo e as suas aventuras.

C) A CONFRONTAÇÃO PÚBLICA DE DIVERGÊNCIAS É BOA PUBLICIDADE?

Por isso, quando ouço meus camaradas dizerem que é útil que dentro da equipa de direcção surjam confrontos, ou que as suas diferenças sejam acentu-

adas pela publicitação para assim se demonstrar a diversidade do partido, pergunto-me se sabem do que estão a falar. Porque listas diferentes são indispensáveis quando há divergências importantes, que elas afirmam no debate e no voto de posições diferentes: servem para contar espingardas. O direito de formar listas é por isso um recurso para assegurar a expressão livre ou para lutar pela direcção do Bloco.

Mas esse processo nada tem que ver com a criação de uma direcção colectiva. Uma direcção colectiva não faz jogos, não radicaliza diferenças. Sabe que a criação de posições a partir de questões tácticas é quase sempre imparável: qualquer divergência vai ser ampliada e, com muita certeza, vai ser ampliada artificialmente. Basta olhar para experiências actuais em algumas eleições concelhias ou distritais no Bloco de Esquerda, que demonstram tudo o que aqui fica escrito: uma pequena diferença para uma lista em confronto pode criar por si só um abismo de afastamentos numa mecânica implacável.

Sei que muitos vão ler estas linhas com desconfiança. Afinal, quem está numa direcção pode sempre sentir-se incomodado por ser desafiado pela constituição de uma lista alternativa. Admito que sim. Mas não estou a discutir o direito de militantes apresentarem os seus pontos de vista; esse direito é mesmo a sua obrigação, se sentirem que se justifica, e até tenho pena que nem sempre tenha sido o caso. De qualquer modo, as nossas convenções ganharam sempre em ter três ou quatro moções e listas. Foram processos públicos, com regras transparentes, que beneficiaram o Bloco. Vivemo-las com naturalidade e até aprendemos com muitos dos pontos de vista críticos da direcção, mesmo que nem sempre o tenhamos reconhecido devidamente.

UMA DIRECÇÃO COLECTIVA NÃO FAZ JOGOS, NÃO RADICALIZA DIFERENÇAS. SABE QUE A CRIAÇÃO DE POSIÇÕES A PARTIR DE QUESTÕES TÁCTICAS É QUASE SEMPRE IMPARÁVEL.

Não é esse direito e dever que contesto. Estou a discutir outra coisa, que como funciona a direcção de um partido de esquerda. Para ser mais directo: o funcionamento e a política são totalmente distintos num partido tradicional, do centro ou da direita, ou num partido de esquerda. Uma direcção de um partido de esquerda afirma-se pela sua vontade e projecto. A vontade é uma política, o projecto é uma estratégia. Uma estratégia é política, não é centralismo nem é autoridade, nem muito menos repressão ou pressão contra a liberdade de opinião. É com estratégia forte que um partido de esquerda junta a intervenção e a confiança dos activistas.

É verdade que o PS e o PSD ganham em imagem pública em ter barões e baronetes, caciques e figuras extravagantes. Há sempre um Luís Filipe Meneses ou um Alberto João Jardim, um Mesquita Machado ou um José Lello para fazerem a festa. Dá diversidade, parece bem. As pessoas interpretam, correctamente, que esta gente move influências sociais diferentes e interesses poderosos: Luís Amado vai para o Banif, Pina Moura para a Iberdrola, Armando Vara para o BCP, Eduardo Catroga para a EDP. A sua exibição é parte da demonstração do poder do capital. É a sua forma natural de fazer política, é um jogo de poder.

Um partido de esquerda, pelo contrário, não vive de chefes de posições, muito menos de criar uma direcção que seja um logradouro de conveniência entre representantes de jogos políticos. Num partido de esquerda, o que conta é a sua política, a sua força, que é representada na militância política e social. Um partido de esquerda é vontade. A vontade deve ser clara. A única forma de uma direcção de esquerda actuar é mostrando vontade.

Se numa direcção há quem prefira criar o seu grupo, contornar o debate, ganhar posições, procurar a particularidade para uma guerra de posições, então essa não é uma direcção para a luta política nos tempos da política dura. Dou-vos um exemplo do efeito pernicioso dessa imagem, que muitos conhecem: o de um jovem dirigente de um sindicato, que foi convidado para integrar o Bloco e, trabalhando connosco todos os dias no movimento social, se recusou "porque não quero fazer parte de guerras de grupos". Não quer o sectarismo nem nada que se pareça. Um partido de esquerda que, em vez de mostrar um caminho e uma direcção, vive uma guerra interna (ou permite que se diga que vive uma guerra interna), não é direcção para a luta social. A forma de vida que é a força de representação social de um partido de direita significa, inversamente, o colapso da representação de um partido de esquerda.

Um partido de esquerda é uma direcção para a luta social e direcção é vontade. Quando não tem isso, não tem nada.

D) UMA DIRECÇÃO É UM COLECTIVO. UM COLECTIVO SÃO DIVERSIDADES JUNTAS PARA UM OBJECTIVO E UMA FORMA DE TRABALHAR EM COMUM.

Um partido de esquerda vive quando tem milhares

de activistas empenhados na sua vida e na sua acção, cai quando não tem rumo nem direcção. Da vida e de organização de base tratarei a seguir, agora quero deixar recado sobre a direcção.

Em toda a divergência há a vertigem da purificação e da separação. Em toda, sem excepção e por mais certo que se esteja. A divergência está sempre grávida de um jogo de purificação. Respondemos a essa tentação com uma política assumidamente contra toda a tradição das esquerdas: entre nós, contribui para a direcção quem sabe lutar por construir diálogos e decisões. Direcção é quem sabe estabelecer pontes, fazer compromissos, obter soluções, não é quem esconde posições ou procura compromissos voláteis. Compromissos sem concessões, porque a capacidade política de um partido depende da sua direcção e da sua dinâmica social e não tem capacidade de direcção quem não sabe fazer compromissos. Essa foi a nossa vida e contrariamos assim, e queremos contrariar, tudo o que é o passado da esquerda. Queremos matar esse passado.

Clarificar, para uma direcção, não pode ser dividir nem depurar, deve ser buscar o máximo acordo possível e que seja adequado para a acção com posições claras. Neste contexto, uma direcção pode enganar-se em muitos campos: no prognóstico, na avaliação das alianças, na expectativa sobre uma pessoa ou um movimento, na forma de exprimir uma posição. Que deve saber corrigir. É por isso que uma direcção é um colectivo, tem órgãos de decisão, de consulta e de comunicação permanente; quanto maiores as dificuldades, mais importantes são essas regras de comunicação.

EM TODA A DIVERGÊNCIA HÁ A VERTIGEM DA PURIFICAÇÃO E DA SEPARAÇÃO. EM TODA, SEM EXCEPÇÃO E POR MAIS CERTO QUE SE ESTEJA.

Foi por isso que nunca permitimos um poder estatutário próprio à função de "coordenador". Fizemos muito bem e talvez seja de adoptarmos formas ainda mais flexíveis e plurais de direcção. Uma ideia que foi proposta, e que devemos estudar, é que passemos a ter, em vez de um coordenador, a figura de coordenadores ou de porta-vozes, mais do que um, para representarem a proposta e a acção do Bloco, e que poderiam ser eleitos pela Mesa Nacional.

À esquerda, a direcção deve ter por isso preferência pela consulta sobre o conflito como forma de democracia. Deve estabelecer debates informais em estruturas formais, porque nas questões mais difíceis se deve manter a maior margem para corrigir posições. Foi assim que o Bloco funcionou. Aos que apontam as nossas imperfeições, deixem-me responder que, mesmo que sejam todas verdadeiras, nada diminui o nosso maior sucesso interno: afirmamos um conceito de direcção que rompe com o do sectarismo, que se afasta de tudo o que a esquerda portuguesa conheceu ao longo de gerações. Estamos certos.

Nisso, o Bloco é quase único na Europa. Com cerca de 6,5% nas sondagens, somos eleitoralmente dos maiores partidos de esquerda socialista na Europa: neste momento, só o Syriza (Grécia), o PS (Holanda) e o Die Linke (Alemanha) nos ultrapassam (a Frente de Esquerda, francesa, não é um partido e também é muito diferente dos outros partidos). Outros tentaram e falharam ou pagaram um preço: lembremo-nos da crise da Refundação Comunista (Itália), do recuo do NPA (França), da divisão do Respect (Inglaterra), da cisão no Synaspismos (Grécia), da cisão no Bloco Nacionalista Galego, só para citar acontecimentos da última meia dúzia de anos. Em todos esses casos, houve poderosos factores eleitorais e políticos. Mas também houve em todos um fortíssimo factor de desagregação de direcção.

Nascemos de uma aproximação que não tem paralelo europeu, entre correntes diferentes, e isso ainda marca alguns dos nossos problemas. Mas, se essa história tem um custo, e tem, imaginem só o custo de não se ter feito essa aproximação que fundou o Bloco: imaginem os governos de Guterres, Durão Barroso, Santana Lopes, Sócrates ou Passos Coelho sem o Bloco na oposição.

Agora que vamos viver um processo de renovação de direcções, é mais do que tempo de afirmar esta experiência. Porque é este o melhor critério de escolha: uma direcção é um rumo. Direcção é quando se escolhe o caminho, se fazem os instrumentos, se age num sentido. Só houve uma nova direcção na esquerda quando o Bloco se formou. A direcção é portanto uma identidade. Sem a sua identidade, a esquerda não existe. A renovação é a escolha dessa identidade e do que aprendemos com ela.

(...)

*Economista, professor na Universidade de Lisboa, militante de base do Bloco de Esquerda. Publicou recentemente *Os Burgueses* (com Jorge Costa e João Teixeira Lopes), *A Solução Novo Escudo* (com João Ferreira do Amaral) e *Segurança Social* (com Vítor Junqueira, José Luís Albuquerque e João Ramos de Almeida).

Marcha Pelos Direitos das Mulheres e Igualdade de Género

Vila Real | 11 de março

Texto público de apelo: «A Iniciativa Nacional - "Parar o machismo|Construir a Igualdade", conta com o apoio de cerca de 50 Entidades a nível Nacional (Associações pelos Direitos Humanos, Coletivos Ativistas, Partidos e Organizações Políticas) e começou a ser dinamizada no âmbito da iniciativa Internacional do dia 21 de Janeiro de 2017 - "Marcha das Mulheres #NãoSejasTrump" em 4 Cidades Portuguesas: Porto, Braga, Coimbra e Lisboa. É tempo de parar o Machismo! É tempo de se respeitarem as Mulheres! É tempo de termos direito à Paz e à Dignidade! Para isso, todas as pessoas são necessárias, das que têm de mudar as suas atitudes até às que têm de deixar de fazer vista grossa. Desse modo, consideramos que é urgente darmos continuidade a este trabalho em Vila Real, juntarmos forças e convidar a participarem na Marcha pelos Direitos das Mulheres, Sábado dia 11 de Março pelas 15h00 - Concentração Praça Diogo Cão.
Esta Marcha é para todas as pessoas, Coletivos, Associações, Organizações e Partidos Políticos interessados em combater a Violência e as Desigualdades de Género. Vem e traz um amigo/a também!»

Sessão de Esclarecimento: Processo de integração no Estado

Lisboa | 11 de março

Texto público de apelo: «Em 2016 vimos aprovar na Assembleia da República uma norma para regularizar os precários da Administração Pública e do sector empresarial do Estado. O Governo já divulgou o relatório que será a base deste processo de regularização e nos últimos dias tivemos conhecimento da Resolução de Concelho de Ministros que nos informa sobre a forma como poderá decorrer o processo. Desde o início que afirmamos que neste processo ninguém pode ficar para trás, e por isso juntamo-nos para exigir justiça. Só com a mobilização de todos é que ninguém ficará esquecido. Exigimos acabar com toda a precariedade no Estado. Ninguém pode ficar para trás. Para esclarecer todas as dúvidas e para tomarmos posição sobre o processo organizamos no próximo dia 11 de Março uma sessão de esclarecimento sobre o processo de integração dos trabalhadores precários. A sessão começa às 15:00 com um debate onde irão participar: Maria Paz Lima - Doutorada em Sociologia pelo ISCTE-IUL. Especialista na área de sociologia do trabalho e relações laborais. Eugénio Rosa - Economista. Autor de diversos estudos sobre a precariedade no Estado. Às 16:30 faremos uma sessão plenária, com todos os trabalhadores presentes, para discutir o processo de integração. Aparece e convoca os teus colegas de trabalho!»

Obreirismo e classismo no movimento da mudança

BRAIS FERNÁNDEZ* E RAÚL PARRA**

No movimento da mudança e no Podemos há um debate constante sobre as classes sociais, sobre o seu papel específico e a sua constituição material e cultural. O debate é, muitas vezes, atravessado por lutas de poder, e parece quase impossível retirar dele alguma conclusão útil. Clarificando, os debates políticos e as polémicas fazem parte do movimento real. O apelo à unidade e ao fim destes debates pode ser o resultado de um cansaço real das pessoas a quem as diferenças incomodam pelo facto de as verem como distantes das suas problemáticas, ou então, de um aparelho incapaz de gerir as discrepâncias e que trata de liquidá-las com a consigna da "unidade", essas sim, em torno dos seus interesses de fração. Por conseguinte, há sempre todo um conjunto de oportunistas que alternam entre as duas posições e que utilizam a consigna da unidade para evitar tomar partido e poder jogar com todos os baralhos.

Assim, não há por que fugir dos debates, mas antes enfrentá-los com tranquilidade e camaradagem, com clareza e muita política. Com o tema das classes, há um primeiro risco evidente: voltar ao velho costume dos partidos comunistas, inaugurado na época de Estaline, o de atirar à cara as origens sociais das pessoas para desacreditá-las. Na verdade, se isso se fizesse no Podemos e no ativismo "da mudança", o resultado seria desastroso. Uma grande maioria dos seus membros acabaria purgado por "pequeno-burguês", pois a maioria das pessoas, independentemente da sensibilidade (a nossa incluída), enquadra-se no perfil de escolarizado de classe média com aspirações profissionais ensombradas pela crise de reprodução capitalista, sendo a política a única via para reproduzir esse estatuto social. A realidade é que ninguém do Podemos está a enriquecer de um ponto de vista salarial, já que os limites que existem nesse sentido são bastante razoáveis. Mas também é verdade que quase toda a geração pós-15M que está na política vive com um salário e condições de trabalho muito melhores do que se tivesse de enfrentar o mercado de trabalho. Assim, é preciso ter cuidado, tanto no dar crédito às queixas sobre o seu "sacrifício" e à "vida que estão a deixar" por estarem na política, como na caricatura que Vázquez Montalbán fazia (sem dúvida injustamente, mas mesmo assim é interessante como exemplo) de Manuel Sacristán em *Asesinato en el Comité Central*: o intelectual sem classe, que extrema o seu obreirismo como forma de expiar a sua culpa, mas que, objetivamente, cumpre a função de expurgar os dissidentes do aparelho burocrático.

UMA POLÍTICA SEM HEGEMONIA?

O obreirismo estreito, estético e comum, normalmente produto do complexo de classe média, reflete as piores características das classes trabalhadoras, ignorando que uma das características básicas da cultura entre as classes populares sob o capitalismo é "estar historicamente na defensiva" (Gramsci). Para este sindicalismo tosco, o proletariado é um sujeito organicamente lumpenizado, grosseiro e com uma sensibilidade entorpecida. Tendo em conta que o proletariado é assim, devemos exaltar essas características. Idealizar o proletariado não como produto da sua luta pela emancipação, mas como produto da explo-

ração capitalista: essa é a característica fundamental do "obreirismo" comum. Há uma séria maravilhosa na Netflix chamada *The Get Down* sobre as origens do *hip-hop* nos EUA nos finais dos anos 1970. Vale a pena vê-la para compreender, através da história de um *rapper*, como os intelectuais orgânicos das classes subalternas surgem daquilo a que Stuat Hall chamou "subculturas de resistência", isto é, híbridos que surgem a partir da tensão entre dotar-se de mecanismos de identidade e de expressão próprios e, ao mesmo tempo, reapropriar-se da cultura existente, isto é, da cultura dominante. Estes "intelectuais orgânicos" de classe não são, nem algo que se pareça, gente tosca e embrutecida, mas antes, pelo contrário, são gente com sensibilidade, que quer fugir da miséria cultural que produz o capitalismo nas suas comunidades e que vive sempre numa tensão permanente. Por um lado, diluir-se na comunidade, ser mais um, dissolver-se na dureza do bairro, resignar-se. Por outro, a via de escape neoliberal, baseada no "salve-se quem puder", na ilusão de ser especial: fazer a universidade, trabalhar para um sujeito rico, tentar ser como ele, escapar individualmente.

Em *The Get Down* há uma cena que simboliza esta dupla via. O protagonista, *rapper*, poeta talentoso, bom aluno, vê-se obrigado a participar num encontro do candidato à presidência da câmara (um reacionário conservador, amante da ordem autoritária) no seu bairro, em frente de toda a gente jovem que está a construir essa nova cultura chamada *hip-hop*. O nosso jovem herói, atrapalhado com essa ambivalência entre a fidelidade à sua comunidade e as suas obrigações profissionais, profere um discurso cheio de referências à cultura popular do "gueto" (grafítis, *jam sessions*) numa linguagem compreensível para os seus, mas incompreensível para o político, que fica maravilhado ao ouvir os aplausos e a imaginar urnas cheias de votos.

O que queremos dizer com isto é que há uma intelectualidade de classe presente ou latente que é preciso explorar, dar protagonismo e, sobretudo, disputar para que construam "classe" de um ponto de vista político e cultural. Como explica Fredric Jameson, esse modelo de "intelectual orgânico" de novo tipo não pode fundamentar-se nem no velho sonho do ego burguês do supersujeito (único, especial, individualista, isolado de toda a coletividade ou sob ela), nem no sujeito esquizofrénico da lógica pós-moderna, completamente despersonalizado e apenas enraizado na lógica da mercadoria. Propor um intelectual orgânico de novo tipo baseado num sujeito descentrado, no qual as histórias individuais contam, mas fazem parte de um todo coletivo: quem sabe começar a oferecer algo assim para fugir da imagem "do trabalhador embrutecido"! E atrair para o compromisso revolucionário (sim, dissemos revolucionário, pois só com a épica do "arrivismo" e do ascenso individual na "política da mudança" não faríamos mais do que reproduzir o que estamos a criticar) esses intelectuais orgânicos sempre presentes e muitas vezes invisibilizados. Se não fomos suficientemente claros, podemos explicá-lo de outra forma. Todos conhecemos numa escola pública um aluno ou aluna com interesses por temas pouco comuns, mas que, simultaneamente, estavam plenamente integrados no seu bairro, entre aqueles que se interessam pela política mas que não se fecham sobre ela como uma forma de fugir da vida. Estas lideranças naturais são as que temos de atrair, são os "que faltam", são os intelectuais orgânicos que podem construir comunidade porque são parte dela, e não seres heterónomos, que dão palpites sobre algo que desconhecem.

TODOS CONHECEMOS NUMA ESCOLA PÚBLICA UM ALUNO OU ALUNA COM INTERESSES POR TEMAS POUCO COMUNS, MAS QUE, SIMULTANEAMENTE, ESTAVAM PLENAMENTE INTEGRADOS NO SEU BAIRRO, ENTRE AQUELES QUE SE INTERESSAM PELA POLÍTICA MAS QUE NÃO SE FECHAM SOBRE ELA COMO UMA FORMA DE FUGIR DA VIDA. ESTAS LIDERANÇAS NATURAIS SÃO AS QUE TEMOS DE ATRAIR, SÃO OS "QUE FALTAM"

UMA POLÍTICA SEM CLASSES?

No entanto, como reverso do "obreirismo" está outro perigo: **obviar** o problema dos limites da composição de classe do Podemos e dos dispositivos políticos pós-15M, que, ao menos num sentido ativo, continuam a estar monopolizados pelo setor social acima descrito, com os riscos que isso supõe. Esta argumentação baseia-se no seguinte: acusar qualquer pessoa que coloque a questão de classe de "obreirista" para, no fundo, manter o monopólio de uma determinada fração social sobre a política. Isso sim, tudo alinhado

com uma ribombante fraseologia laclausiana, hiperteoricista, sobre a "autonomia do político" e o "poder do discurso", capaz de converter um punhado de intelectuais na encarnação de um sujeito multiforme, pós-classista, construído ao sabor dos desejos da vanguarda populista. A partir da superação do essencialismo marxista, a conceção marxista do conceito de classe é eliminada para colocar no seu lugar a primazia do discurso e da sua contingência articulatória, sendo "a classe" um caso mais de articulação "do político". Desta forma, as classes sociais e a luta que as definem não seriam os vetores fundamentais a partir dos quais poderiam estender-se aos fenómenos sociais, mas uma possibilidade mais de articulação de político dentro do social. Esta conceção "pós-marxista" do político aproxima-se da que Carl Schmitt entendia por classe e luta de classes. Segundo ele, a luta de classes seria contingente, uma construção discursiva (diria Laclau) que pode ocorrer ou não ocorrer em função de se um determinado grupo de indivíduos decide unificar-se em torno dessa noção e o antagonismo que a define. Pelo contrário, para Marx a luta de classes não é um elemento contingente do social, mas o único vetor possível de inteligibilidade da mesma. Os sujeitos sociais, longe de serem indeterminados, ocupam posições materiais objetivas na sociedade, posições que não são nem naturais nem fixas ou estáveis, mas o resultado de uma guerra constante que estabiliza e fixa essas posições (ditadura de classe). Não é uma determinada luta, ou articulação antagónica, a que pode produzir performativamente "a classe". Para Marx, a sociedade está sempre (e com independência da coincidência que os indivíduos disso tenham) dividida e atravessada pela luta de classes, pois a noção de classe, em Marx, não alude a uma identidade política possível, mas ao jogo antagónico objetivo que estrutura os indivíduos na sociedade, a maioria das vezes de maneira inconsciente, pré-discursiva e não reconhecida, com a mesma força com que os factos materiais objetivos existem e se nos impõem com independência à margem dos nossos devaneios subjetivos (esses que no capitalismo do empreendedorismo nos fazem crer que tudo é possível se para tal houver vontade e, quem sabe, também a base da performatividade discursiva). Por outras palavras, a luta de classes não é nunca um *resultado possível* (nem de uma tomada de consciência, nem de uma construção discursiva), mas antes o coração no qual, com melhor ou pior sorte, sempre nos encontramos. Ilustraremos esta ideia com um exemplo.

A PRÁTICA POLÍTICA REDUNDA EM MARKETING, JOGOS DE DISCURSO, GENIALIDADES MEDIÁTICAS E IDENTIFICAÇÃO COM SÍMBOLOS OU LIDERANÇAS. O PACIENTE E DIFÍCIL TRABALHO DE TRANSFORMAR A MATERIALIDADE EFETIVA (NÃO DISCURSIVA) DAS RELAÇÕES HUMANAS É EVITADO OU INVISIBILIZADO. É, AO MESMO TEMPO, NESTE PONTO, QUE O PROBLEMA DA CLASSE SE TORNA VITAL.

Em resposta a John Lewis, Althusser critica um certo marxismo "sociológico" que entende as classes como equipas de rugby separadas que pudessem entrar ou não em conflito, isto é, umas classes para as quais a luta seria um elemento contingente. Recorda esta conceção à crítica católica do marxismo que uma vez líamos num livro. Segundo este texto, a Igreja condenava o marxismo porque este propunha a luta como meio de solucionar os conflitos entre as classes, o qual é tão absurdo do ponto de vista marxista como dizer que a Igreja condena Newton porque este "propõe" a lei da gravitação como forma de mediar as relações entre os planetas. Pois bem, o "pós-marxismo" laclausiano (ou ao menos o que se esgrime a partir de certos setores da intelectualidade do Podemos) está em absoluta continuidade com esta tese quando faz da "luta de classes" uma articulação antagónica e discursiva mais entre outras possíveis.

A única diferença com o marxismo sociológico sustentar-se-ia no seu suposto "antiessencialismo", ao não dar por suposta a existência prévia de classes sociais que pudessem ou não entrar na luta. Mas este "antiessencialismo" oculta, no fundo, um outro essencialismo ainda mais cru e em consonância com a ideologia neoliberal do empreendimento, a saber, um essencialismo baseado na indeterminação dos sujeitos que podem livremente decidir "construir" a sua identidade ou o seu estilo de vida em função de articulações discursivas contingentes. A política seria assim um jogo constante de criação *ex-nihilo* de identidades baseado em nomeações e jogos de linguagem que pudessem dar quaisquer sentidos à realidade. Desta forma, a prática política redunda em marketing, jogos de discurso, genialidades mediáticas e identificação com símbolos ou lideranças. O paciente e difícil trabalho de transformar a materialidade efetiva (não discursi-

va) das relações humanas é evitado ou invisibilizado. É, ao mesmo tempo, neste ponto, que o problema da classe se torna vital. Se bem que é certo que o proletariado pode lutar pela sua servidão como se se tratasse da sua salvação, e que, portanto, a sua constituição como agente político orientado para a autoemancipação não está garantida de antemão, não é menos certo que nenhuma outra classe pode realizar, em seu lugar, esta emancipação. A representação política, o marketing e tudo o que está relacionado com a política espetáculo pode não ser mais do que um meio de autoconstituição de certas classes médias na classe política, se não for acompanhado pelo abandono da posição de passividade contemplativa a que este tipo de políticas costumam relegar as classes "nomeadas" e "articuladas discursivamente" mediante estes mecanismos de identificação.

POR ONDE COMEÇAR?

Vamos ser um pouco leninistas para terminar. Quando Lenine começou a pensar a questão da organização revolucionária em *Por onde começar?* e *Que fazer?*, tinha um conjunto de ideias claras. A primeira era que o embrião do "partido dos de baixo" ia ter uma origem pequeno-burguesa e intelectual. Este ponto de partida não era produto de nenhuma teorização prévia, mas antes uma constatação de que, na Rússia, os primeiros a romper com o bloco do poder tinham sido os intelectuais pequeno-burgueses, alinhados no movimento populista (narodniki), muitos deles oriundos da aristocracia proprietária. A segunda, que a classe trabalhadora e o campesinato, isto é, as classes produtoras de riqueza ("o povo"), eram as classes fundamentais para construir uma vontade coletiva alternativa ao czarismo. É verdade que Lenine sempre insistiu no papel central e dirigente do proletariado na sua forma industrial e que a composição de classe no capitalismo tardio é muito mais multitudinária que na Rússia czarista. Mas as ideias fundamentais de Lenine continuam a parecer-nos atuais: que a construção de um sujeito antagonista nunca é prévia à luta e que, portanto, pode começar por um lugar "imprevisto", mas que esse começo não deve confundir-se com o final. Os filhos das classes médias em crise foram os primeiros a começar a luta contra o regime. Não vem nenhum mal ao mundo. Agora trata-se de incorporar "os que faltam"[1]. Da presença e capacidade de marcar o ritmo do processo por parte das classes trabalhadoras, da sua autoatividade, da sua capacidade de ser dirigentes na luta política (o que eram os sovietes?) depende de uma questão fundamental: até onde queremos chegar nesse processo que chamamos "mudança"?

**Brais Fernández*, militante de Anticapitalistas e membro da redação de *VIENTO* SUR; ***Raúl Parra*, militante de Anticapitalistas.

1 Não temos tempo para desenvolver aprofundadamente o argumento, mas o tema merece, no mínimo, uma pequena referência. Ernesto Laclau insiste muito na sua, por um lado, magnífica obra, "Política e ideologia na teoria marxista" (escrita antes do seu volte-face pós-estruturalista), na necessidade de ganhar as classes médias para a causa revolucionária, considerando-as o centro em disputa numa sociedade capitalista avançada e, portanto, o setor decisivo no momento de triar a relação de forças. Discutindo de forma muito interessante com Trotski, analisa como caso paradigmático a ascensão do nazismo na Alemanha durante os anos 1930. Sem invalidar toda a reflexão de Laclau, seria importante recordar que a situação mudou drasticamente. Se na Alemanha de Weimar a principal característica da formação política era a existência de dois partidos proletários de massas, sólidos e orgânicos (KPD e SPD) e uma grande volatilidade das classes médias, durante os últimos 30 anos a política no Ocidente tem estado marcada pelo retrocesso e decomposição do movimento dos trabalhadores e o monopólio da política das classes médias. O setor decisivo, muitas vezes, é essa classe trabalhadora fordista em retrocesso e sem filiação orgânica estável, como se demonstrou com o Brexit e o triunfo de Trump.

Lenine ou a política do tempo partido

DANIEL BENSAÏD*

Na onda de antimarxismo que acompanhou a ofensiva liberal dos anos 1980, a estatura de Marx permanecia suficientemente imponente para que pudéssemos ter certeza de um regresso à graça, de uma reabilitação editorial e académica, com a condição de ser numa versão light, sem o lastro de sua carga subversiva. Podia-se mesmo esperar alguma indulgência em relação a Trotsky, em reconhecimento dos talentos literários atestados pela sua História da Revolução Russa, e em função da fascinação estética que suscita seu destino trágico de vencido.
Mas Lenine! O seu papel é sem dúvida o mais ingrato. O do vilão da história, morto cedo demais para ter conhecido os processos e o exílio, suspeito de ter vencido, vítima de um culto de que foi ídolo, apesar de si mesmo. Quem irá ainda meter o nariz nos quarenta volumes encadernados das *Edições de Moscovo*, com cheiro a cola de peixe? Quem irá mergulhar nesta sucessão de artigos, de notas de jornalista, de escritos de luta e de circunstância, de polémicas cujos destinatários na maior parte caíram no esquecimento?

Quase não há grandes livros nesta compilação de brochuras, de artigos e de textos militantes. Apesar da sua extraordinária profundidade para uma obra de juventude, O desenvolvimento do capitalismo na Rússia muito cedo cansará o leitor submerso nas estatísticas áridas dos *zemstvos*. Com as suas obras, e a sua acuidade teórica laconicamente exercida nas margens da Lógica de Hegel, Lenine não está prestes a ter as honras da sua publicação pelas Edições *La Pléiade*.

Bem poucos se arriscaram seriamente por este pensamento desconcertante, numa época onde a universidade ousava, contudo, acolhê-lo: Althusser, Lefebvre, Colletti, Lukacs antes deles… Lenine merece, contudo, uma imagem diferente da de um vulgar técnico do golpe de Estado. Bem mais que Marx, ele é um autêntico pensador da política em ação, nas contradições e nos limites de uma época.

O PARTIDO COMO CAIXA DE VELOCIDADES

A noção de "leninismo" é usada a torto e a direito, sem sequer se lembrar que este termo foi originalmente codificado por Zinoviev no Quinto Congresso da Internacional Comunista para justificar o enquadramento dos jovens partidos comunistas, sob a cobertura de bolchevização. Ora, bem mais que uma forma de disciplina e de centralização, a ideia diretora de Lenine visa "a confusão entre o partido e a classe", confusão qualificada de "desorganizadora". A distinção introduzida desta forma entre classe e partido inscreve-se nas grandes polémicas do movimento socialista da época e, mais especificamente na Rússia, volta-se contra as correntes populistas, "economicistas", mencheviques. Sobre questões fundamentais, como as do governo provisório ou das alianças, nestes anos de formação da socialdemocracia russa, mencheviques e "economicistas" defendiam às vezes em comum posições na aparência mais intransigentes, mais conformes à ideia de um "socialismo puro", que os bolcheviques. Esta ortodoxia decorria, na realidade, de uma visão de que a revolução democrática "burguesa" contra o despotismo constituía uma etapa necessária inevitável, durante a qual o movimento operário nascente deveria permanecer uma força auxiliar, sem se comprometer com qualquer poder, esperando uma modernização capitalista da sociedade.

Na vizinha Alemanha, Kautsky sustentava então a ideia paralela de uma "acumulação passiva" de forças e de não-participação governamental, até que a maioria eleitoral do proletariado, juntando-se à sua maioria social, lhe permitisse governar sozinho. Pôde-se qualificar este socialismo de marcha para o poder, confiando na lógica do progresso, de "socialismo fora do tempo". Tratava-se mais exatamente de um socialismo abandonado ao curso do tempo, de um rebaixamento da luta propriamente política em favor de um determinismo sociológico.

Lenine opõe-se de forma bastante original para a época a esta redução do político ao social. Como se fosse um psicanalista atento aos "deslocamentos" e "condensações" em ação nas neuroses, ele compreende que as contradições económicas e sociais não se exprimem diretamente, mas sob a forma específica, deformada e transformada, da política. É por isso que o partido tem por tarefa especialmente ficar à escuta, decifrar no campo político a maneira frequentemente inesperada pela qual se manifestam estas contradições (uma luta estudantil, o caso Dreyfus, a questão eleitoral, um incidente internacional). A sua irrupção intempestiva num ponto imprevisto é um sintoma. Ela condensa e revela uma crise latente global das relações sociais. É o milagre daquilo que, diferentemente dos factos diversos ordinários, constitui, propriamente falando, o acontecimento político.

É também por isso que a concepção do militante revolucionário não é para Lenine a do bom sindicalista combativo mas a do "tribuno do povo", intervindo "em todas as camadas da população", para apreender a forma concreta em que se entrelaçam uma multiplicidade de contradições. Esta questão está no coração do famoso debate sobre os estatutos do partido, minuciosamente comentados em *Um passo à frente, dois passos para trás*. A definição de membro do partido

(aquele que simplesmente se reconhece no partido, o ajuda ou simpatiza com ele…, ou aquele que milita numa instância regular, quotiza, se sente responsável pelas decisões tomadas coletivamente) não é uma querela formal ou administrativa. O que está em jogo nesta pequena diferença, à primeira vista insignificante, é a delimitação do partido frente à classe. É precisamente a forma partido que permite intervir sobre o campo político, agir sobre o possível, não sofrer passivamente os fluxos e refluxos da luta de classes.

Aí reside o essencial da "revolução" segundo Lenine. Através desta distinção do partido e da classe, do político e do social, torna-se possível pensar a relação de um com o outro, "a representação do social na política", que para Badiou é "o ponto-chave". Pode ser que, em 1902, a tese tenha sido forçada no fogo da polémica interna. Os seus excessos são aliás corrigidos pelo próprio Lenine. A controvertida questão do "centralismo democrático", deformada pela prática do centralismo burocrático real, estabelecido a partir de 1924, decorre em grande parte desta delimitação do partido e da classe. Implica, logicamente, a seleção dos militantes, a concentração de forças, e ao mesmo tempo uma democracia que permita a assimilação do conjunto das experiências sociais do partido. A democracia é funcional para a reflexão e a decisão, o centralismo para uma ação que visa mover as linhas, deslocar as correlações de forças. Trata-se de necessidades gerais. São irredutíveis a tal ou qual técnica de organização.

À LUZ DA EXPERIÊNCIA DE 1905, LENINE INSISTE, NA SUA COLETÂNEA DOZE ANOS, NO FACTO DE O PARTIDO POR MAIS DELIMITADO QUE SEJA, VIVER EM INTERCÂMBIO E DIÁLOGO PERMANENTES COM AS EXPERIÊNCIAS DA CLASSE (PRINCIPALMENTE A INOVAÇÃO IMPREVISTA QUE FORAM OS SOVIETES).

Na sua discussão com Rosa Luxemburgo a propósito de *Um passo à frente, dois passos para trás*, Lenine distingue explicitamente os "princípios de organização", ligados às condições gerais de luta sob o reino do capital, do "sistema de organização", variável segundo as condições concretas de legalidade, da repressão, do desenvolvimento. À luz da experiência de 1905, Lenine insiste, na sua coletânea *Doze anos*, no facto de o partido por mais delimitado que seja, viver em intercâmbio e diálogo permanentes com as experiências da classe (principalmente a inovação imprevista que foram os sovietes). O que permanece, para além destas nuances e variações, é que o partido não é uma forma de organização entre outras, sindicais ou associativas, mas a forma específica sob a qual a luta de classes se inscreve no campo político. Esta ideia da especificidade do político se reencontra, aliás, na noção de crise revolucionária, consequência não de um simples movimento social, mas de uma "crise nacional", crise geral das relações recíprocas entre todas as classes da sociedade. O que Lenine escreve a este respeito no *Que Fazer?* é muito claro: "O conhecimento que a classe operária pode ter de si mesma está indissoluvelmente ligado a um conhecimento preciso das relações recíprocas de todas as classes da sociedade contemporânea, conhecimento não só teórico, digamos menos teórico do que baseado na experiência da vida política" (Lenine, Œuvres IX, p.119, e XV, p.298). Sublinhemos: é através da experiência da vida política que se adquire este conhecimento das relações recíprocas entre todas as classes. Trata-se de "medir a pulsação ao conjunto da vida política". É por isso que "nossa revolução é a de todo o povo".

O partido é o vector privilegiado desta experiência especificamente política. A sua mediação estabelece a ligação entre a estratégia e a táctica, num tempo kairótico, que não é já o tempo homogéneo e vazio do progresso e da paciência eleitoral, mas um tempo denso, nodoso, ritmado pela luta e esburacado por crises: "Não se pode representar a própria revolução como um ato único: a revolução será uma sucessão rápida de explosões mais ou menos violentas, alternando com fases de calma mais ou menos profundas. É por isso que a atividade essencial do nosso partido, o centro essencial de sua atividade, deve ser um trabalho possível e necessário tanto nos períodos mais violentos de explosão como nos de calma, isto é, um trabalho de agitação política unificada em toda a Rússia".

O partido é, portanto, o elemento de continuidade nas flutuações da consciência coletiva. A história não é uma marcha triunfal de qualquer força tranquila rumo ao desenlace garantido da história, mas um tecido de lutas, de crises e de fraturas. O partido não se limita

a esclarecer um processo orgânico e natural de emancipação social. Ele é constituinte das correlações de forças, gerador de iniciativas, organizador da política, não no futuro simples, mas no condicional. Ele é, dizendo de outra maneira, um organizador dos diversos tempos, a condição de um pensamento estratégico que ultrapassa o horizonte imediato da táctica política do dia a dia, do passo a passo, rigorosamente sem princípios. Esta abordagem, original em relação à cultura dominante na Segunda Internacional, torna concebíveis as escolhas e a atitude adoptada nas jornadas cruciais de Julho de 1917: o partido é, então, chamado a envolver-se numa acção que não deseja, para limitar seus efeitos negativos, para assimilar as suas lições, para conter o refluxo e preparar o contra-ataque.

A principal crítica dirigida, menos ao "leninismo sob Lenine", às ideias reais de Lenine, do que à vulgata do "leninismo" estalinizado, refere-se à convicção a posteriori de que a noção de partido de vanguarda conteria em embrião, desde a origem, todos os graus da substituição do movimento social real pelo aparelho, e todos os círculos do inferno burocrático. Seria errado minimizar este aspecto da questão, que exige uma discussão mais aprofundada que os ajustes de contas habituais. Mas esta dimensão bem real do problema, geralmente, mascara uma outra, não menos importante. Mascara-a tanto melhor quanto o próprio Lenine tateia e nem sempre mede o alcance de suas próprias inovações. Assim, acreditando parafrasear um texto canónico de Kautsky, ele modifica-o de forma essencial. Onde Kautsky escreve que "a ciência" chega aos proletários "do exterior da luta de classes", introduzida pelos "intelectuais burgueses", Lenine traduz que a "consciência política" (e não a ciência) vem do exterior da luta económica (e não da luta de classes, que é tanto política como social), levada não pelos intelectuais enquanto categoria sociológica, mas pelo partido enquanto ator especificamente político.

A diferença é substancial. Ela diz respeito à especificidade do político.

Este pensamento rompe com a tradição dominante do movimento socialista da época. No seu comentário no aniversário do *Manifesto Comunista*, António Labriola afirma terminantemente, em 1898, que "a conjugação desejada dos comunistas e dos proletários é doravante um facto consumado". Com a entrada em cena da "massa operária", o movimento tornou-se mais lento, e o partido de massa aparece como uma espécie de encarnação política da classe. A ideia inspira-se em fórmulas de Marx, segundo as quais a organização progressiva do proletariado em partido político e em classe eram sinónimos, unindo-se no partido os seus seres social e político.

Lenine sublinha, ao contrário, a ruptura da continuidade entre o conflito "económico" imediato e o conflito político mediado. Recusa ainda mais explicitamente "confundir o problema das classes e o dos partidos", o conteúdo social e a sua expressão política. De facto, a luta de classe não se reduz ao conflito do operário contra um patrão, "mas contra a classe capitalista inteira". Dessa forma, a socialdemocracia revolucionária, enquanto partido político, "representa" a classe trabalhadora, nas suas relações não somente com dado grupo de empregadores, mas também com "todas as classes da sociedade contemporânea e com o Estado enquanto força política organizada" (Lenine. Œuvres V, p.408). Trata-se de fundir num todo indissolúvel este movimento espontâneo com a actividade do partido revolucionário; daí o papel da imprensa, como organizadora coletiva, de unificar estas lutas e inscrevê-las numa visão de conjunto. A política já não é, portanto, o simples prolongamento e o reflexo da luta económica, mas uma arte particular da iniciativa e do movimento, da delimitação e da combinação das forças. Trata-se de se delimitar antes de se unir e para se unir, "de utilizar todas as manifestações de descontentamento e de trabalhar até os menores elementos de um protesto, mesmo embrionário", de conceber a luta política como "muito mais ampla e complexa que a luta dos operários contra o patronato e o governo" (idem, p. 440/463).

Quando o jornal *Rabotchéié Diélo* deduz os objetivos políticos da luta económica, Lenine reprova-o por "rebaixar o nível da atividade política multiforme do proletariado". Ele considera ilusório acreditar que "o movimento puramente operário" seja, só por si, capaz de elaborar uma ideologia independente. O desenvolvimento espontâneo do movimento operário apenas conduz "à subordinação à ideologia burguesa". A ideologia dominante não é uma questão de manipulação das consciências, mas um efeito objetivo do fetichismo da mercadoria. Não há outra saída deste círculo de ferro do fetichismo e da sua servidão involuntária, senão pela elaboração das categorias da ruptura, da crise, da revolução, e pela luta política dos partidos.

A DISTINÇÃO DO POLÍTICO E DO SOCIAL

Tudo conduz portanto, em Lenine, a compreender que a política tem a sua gramática e a sua sintaxe próprias. Ela é o lugar de uma elaboração, de uma aparição, de uma representação, onde se trata de apresentar aquilo que está ausente. "A divisão em classes

é certamente, afinal de contas, a base mais profunda do agrupamento político", mas este "afinal de contas" é "a luta política apenas que estabelece" (Lenine. Œuvres VII, p. 41). Assim, "o comunismo surge literalmente de todos os pontos da vida social; ele brota decididamente por toda parte. Que se feche com um cuidado particular uma saída, o contágio achará uma outra, às vezes a mais imprevisível" (Lenine. Œuvres XXXI). É por isso que "nós não sabemos e nem podemos saber qual é a faísca que iniciará o incêndio". Daí a palavra de ordem que resume, segundo Tucholsky, a atitude política de Lenine: "Estejam prontos!". Estejam prontos para o imprevisível, para o improvável, para o acontecimento!

Se a política é, por vezes, definida como "a expressão concentrada da economia", ela não pode deixar "de ter primado sobre a economia". "Preconizando a fusão dos pontos de vista económico e político", Bukharin ao contrário "escorregou para o ecletismo". É também por isso que, em 1921, o próprio nome da Oposição Operária é criticado como "um nome desagradável", que rebaixa novamente o político ao social, e pretende que a gestão da economia nacional caiba diretamente aos "produtores agrupados em sindicatos de produtores".

PARA LENINE, A HISTÓRIA DAS REVOLUÇÕES É "SEMPRE MAIS RICA DE CONTEÚDO, MAIS VARIADA, MAIS MULTIFORME, MAIS VIVA, MAIS ENGENHOSA DO QUE PENSAM OS MELHORES PARTIDOS, AS VANGUARDAS MAIS CONSCIENTES DAS CLASSES MAIS AVANÇADAS". HÁ UMA RAZÃO PROFUNDA PARA ISSO.

Para Lenine, a história das revoluções é "sempre mais rica de conteúdo, mais variada, mais multiforme, mais viva, mais engenhosa do que pensam os melhores partidos, as vanguardas mais conscientes das classes mais avançadas". Há uma razão profunda para isso: "As melhores vanguardas exprimem a consciência, a vontade, a paixão, a imaginação de dezenas de milhares de homens, enquanto a revolução é – nos momentos de exaltação e de tensão particulares de todas as faculdades humanas – a obra da consciência, da vontade, da paixão, da imaginação de dezenas de milhões de homens, aguilhoados pela mais áspera luta de classes".

Ele tira daí duas conclusões práticas de grande importância: "A primeira é que a classe revolucionária, para cumprir as suas tarefas, deve saber apropriar-se de todas as formas e de todos os aspectos, sem exceção, da atividade social; a segunda, é que a classe revolucionária deve estar pronta para substituir rápida e bruscamente uma forma pela outra" (Lenine, Œuvres XXXI, p 92).

Nesta problemática, a linguagem política tem seus lapsos reveladores. Permite uma interpretação não sociológica do papel dos estudantes e dos intelectuais nas lutas sociais. É por isso que "a expressão mais rigorosa, mais completa e melhor definida da luta política de classe, é a luta de partidos" (Lenine. Œuvres X, p. 15). No debate de 1915 sobre a questão do ultraimperialismo, Lenine percebe assim o perigo de um novo economicismo, apolítico, segundo o qual a maturidade das relações capitalistas e a sua centralização mundial tornariam impossíveis certas formas políticas, e prenunciariam um colapso quase natural do sistema. Para ele, o desenlace é decidido nos termos específicos da luta política. Reencontramos essa mesma preocupação, contra qualquer redução do político ao social ou à história, nas discussões com Trotsky sobre a caracterização do Estado dos sovietes. Trotsky fala de Estado operário, "mas este Estado operário, retifica Lenine, não é completamente operário, eis a questão" (Lenine, Œuvres XXXII, p. 16). Para apreender a sua singularidade, as categorias sociológicas são menos convenientes do que as categorias propriamente políticas. A sua fórmula é, então, mais descritiva e mais complexa, irredutível em todo caso a um conteúdo social unilateral: este será um Estado operário e camponês com "deformações burocráticas" e "eis a transição em toda sua realidade".

As implicações desta visão do político podem ser encontradas em quase todas as controvérsias importantes da época. No debate sobre os sindicatos, em que Trotsky defende, em nome do comunismo de guerra, a militarização dos sindicatos, Lenine sustenta uma posição original (ver Pierre Broué, Trotsky, Fayard, e também Ernest Mandel). Porque não é um órgão político de poder, o sindicato não poderia transformar-se em "organização de Estado coercitiva". Ele situa-se no sistema "entre o partido e o Estado", se "podemos exprimir-nos dessa forma" (Lenine. Œuvres XXXII.

p. 12). Nos primeiros anos da revolução não havia restrição do direito de greve e o conselho dos comissários chegou a organizar um fundo de greve (Marcel Liebman, *Le léninisme sous Lénin*, Seuil, II, p. 198). Da mesma forma, a questão nacional é abordada na sua especificidade política, como questão democrática, fora de todo o esquema sociológico abstrato. É preciso incluir nela o elemento psicológico. Se a menor coerção entra nesta questão, ela suja, estraga e reduz a nada o indiscutível alcance progressivo da centralização.

UMA ABERTURA À PLURALIDADE DA REPRESENTAÇÃO

Uma insistência tão constante em Lenine na distinção entre o partido e a classe, na particularidade da luta política e da sua linguagem própria, conduz logicamente ao pensamento da pluralidade e da representação. Se o partido não é a classe, decorre daí que uma mesma classe pode representar-se politicamente através de diferentes partidos políticos. Decorre também que "a representação do social na política" deve ser objeto da elaboração de regras e de instituições. Lenine não vai, é certo, até aí. Não deixa por isso de abrir um espaço original do político e de explorar as suas pistas.

Assim, submete a representação a regras inspiradas na experiência da Comuna de Paris, que visam limitar a profissionalização do político: salários idênticos ao de um operário qualificado, vigilância contra os privilégios de função, responsabilidade diante dos representados. Contrariamente a uma lenda persistente, não preconizava o mandato imperativo. Nem no interior do partido: "os poderes delegados não devem ser limitados por mandatos imperativos"; no exercício dos seus poderes, "eles são completamente livres e independentes". Nem ao nível dos órgãos do Estado, onde o "direito de substituição dos deputados" não se confunde com um mandato imperativo que reduziria a representação ao simples reflexo corporativo de interesses particulares e de visões locais, sem síntese possível, esvaziando a deliberação democrática de toda a substância e de todo o significado.

Quanto à pluralidade, Lenine afirma sistematicamente que "a luta de nuances" no partido é "inevitável e necessária", enquanto se desenvolver nos limites "aprovados por um acordo comum". Ele defende também "a necessidade de assegurar, nos estatutos do partido, os direitos de toda a minoria a fim de desviar do curso filisteu habitual, de escândalos e querelas mesquinhas, as contínuas e inesgotáveis fontes de descontentamento, de irritação e de conflito, a fim de conduzi-las ao canal, ainda não habitual, de uma luta regular e digna em defesa de convicções. Entre estas garantias absolutas, nós incluímos a outorga à minoria de um (ou de vários) grupo literário, com direito de representação no congresso e direito de expressão completo" (Lenine, Œuvres VII, p. 470). De forma mais geral, ele não hesita em preconizar um referendum no partido sobre questões importantes.

Mesmo a famosa disciplina na ação é menos intangível do que quer a lenda. Conhece-se a indisciplina suprema de Zinoviev e Kamenev, tomando publicamente posição contra o projeto insurrecional em Setembro de 1917, sem serem alijados com carácter permanente das suas responsabilidades. O próprio Lenine reivindica, nestas circunstâncias extremas, um direito pessoal à desobediência. Ele ponderava demitir-se das suas responsabilidades para retomar a sua "liberdade de agitação" nas fileiras do partido, e escreve no momento crítico ao Comité Central: "Eu parti para onde vocês não queriam que eu fosse [ao *Smolny*]. Até a vista".

Pressionado pela sua própria lógica a elaborar a pluralidade da representação, Lenine chega ainda a estabelecer os fundamentos teóricos de um pluralismo por princípio. Há pelo menos duas razões para isso. Primeiro, ele herdou da Revolução Francesa a ilusão segundo a qual, uma vez derrubados os opressores, o processo de homogeneização da classe não é senão uma questão de tempo. Deixa de haver contradições imagináveis no seio do povo. Será preciso esperar por Trotsky e pelos anos 30 para se ver o pluralismo fundado por princípio na constatação de uma heterogeneidade duradoura das forças sociais, num contexto internacional determinado; porque uma classe permanece "dilacerada por antagonismos internos", ela pode formar "vários partidos" (Trotsky, *A revolução traída*).

Em segundo lugar, a distinção entre o social e o político não impede uma inversão da proposta tradicional segundo a qual o político se dissolve no social. Com a instauração da ditadura do proletariado, aparece doravante o risco simétrico da absorção do social pelo político. O próprio Lenine não repetiu o equívoco da extinção da política e do Estado, prognosticando "a extinção da luta de partidos no seio dos sovietes"? (Lenine, Œuvres XXV, p. 335).

Marcel Liebman assinala que, em *O Estado e a revolução*, os partidos perdem a sua função em detrimento de uma democracia direta que já não é inteiramente um Estado separado. Contrariamente às esperanças revolucionárias iniciais, com a contrarrevolução bu-

rocrática, a estatização da sociedade ultrapassará a socialização do Estado. É ainda Trotsky que tirará disso a constatação mais chocante: "O Estado sou eu! É uma fórmula quase liberal em comparação com as realidades do regime totalitário de Estaline… Diferente do rei-sol, Estaline pode afirmar com razão: a sociedade sou eu!"(Trotsky, Stalin).

Paradoxalmente, tanto Lenine como Marx pecam tanto pelas suas inclinações libertárias quanto pelo seu lado autoritário. Esta é sua fraqueza. A questão é tragicamente complicada. Trata-se de fundar uma nova legitimidade irredutível ao jogo ordinário dos partidos e do parlamentarismo, de inventar uma forma de representação que reconcilie o homem e o cidadão, o representante e o representado. Diante da extinção da camada "incrivelmente pequena" dos operários de vanguarda, dizimada pela guerra civil e pela fome, Lenine resigna-se a uma ditadura do partido, a uma inversão da pirâmide do poder, que não é o seu projeto original. Desde então, a revolução assenta sobre a sua ponta, num equilíbrio catastrófico, pateticamente ilustrado pelo seu último combate (Moshe Lewin, *Le dernier combat de Lénine*, Éditions de Minuit).

A FAMOSA DISCIPLINA NA AÇÃO É MENOS INTANGÍVEL DO QUE QUER A LENDA. CONHECE-SE A INDISCIPLINA SUPREMA DE ZINOVIEV E KAMENEV, TOMANDO PUBLICAMENTE POSIÇÃO CONTRA O PROJETO INSURRECIONAL EM SETEMBRO DE 1917, SEM SEREM ALIJADOS COM CARÁCTER PERMANENTE DAS SUAS RESPONSABILIDADES.

A PORTA ESTREITA DA CRISE REVOLUCIONÁRIA

Quer se trate da representação, da organização ou da estratégia, o pensamento político de Lenine é a cada momento a elaboração de uma temporalidade específica. Culmina na compreensão de crises, de guerras e de revoluções, do momento insurrecional decisivo.

Do ponto de vista reformista maioritário na Segunda Internacional, a guerra não é um acontecimento inteiramente fundador, mas um parêntesis a ser fechado com a maior rapidez no desenrolar do progresso humano. É preciso, portanto, que ela acabe o mais depressa possível para que as coisas retomem seu curso normal. Este pacifismo difere gritantemente do derrotismo revolucionário então pregado por Lenine. Para ele, não se trata de devolver, pela paz, a luta de classes a uma suposta normalidade. A guerra faz parte da luta, e a questão é apreender a novidade desta forma agónica do conflito para abrir uma situação revolucionária. Duas visões opostas do mundo, da história, e da temporalidade política, traduzem-se aqui em orientações práticas contraditórias.

Karl Kautsky é o representante mais prestigioso da posição reformista clássica, então dominante na social-democracia internacional. No seu célebre *O caminho do poder*, afirma que o objetivo socialista não pode, é verdade, ser atingido senão por uma revolução; mas "não depende de nós fazer uma revolução". O partido contenta-se em acompanhar e esclarecer como pedagogo as lutas dos explorados. Esta tese tem, é certo, sua parte de verdade. As lutas não se decretam. Elas eclodem: "isto" acontece, "aquilo" passa-se. Mas para Kautsky, o fenómeno objetivo separa-se da subjetividade revolucionária. Se fala de estratégia e de guerra de desgaste, é com o cuidado de nunca ter que dar batalha.

Esta ortodoxia anterior a 1914 reivindica a herança de Marx e Engels. Em 1851, num contexto de refluxo revolucionário, este último definia a revolução como "um fenómeno natural, comandado por leis físicas". A consciência de classe aparece, então, como uma espécie de produto natural do desenvolvimento histórico e do crescimento sociológico do proletariado. É pela fusão tendencial entre a classe e o seu partido que parece resolver-se a contradição inextricável entre a sua vocação revolucionária e a sua sujeição ao fetichismo da mercadoria e ao despotismo da empresa: "Para a vitória definitiva das propostas enunciadas no Manifesto, Marx baseava-se unicamente no desenvolvimento intelectual da classe operária que deveria resultar da ação e da discussão comuns" (Engels. Prefácio de 1890 ao *Manifesto*). Se a sua luta contra a burguesia "começa com a sua própria existência", o proletariado passa, de facto, "por diferentes fases de evolução". Com o desenvolvimento industrial, "a força dos proletários aumenta e eles ganham mais consciência disso". A solução do enigma estratégico encontra-se, portanto, na "organização gradual e espontânea do proletariado em classe". É assim que "o proletariado de cada país deve, em primeiro lugar, conquistar o poder político, tornar-se classe dirigente

da nação, tornar-se ele próprio a nação". Entretanto, esta "organização do proletariado em classe, e portanto em partido político, é incessantemente destruída de novo pela concorrência dos próprios operários entre si".

CÍRCULO VICIOSO, SEM SOLUÇÃO NUMA TEMPORALIDADE UNIFORME.

Rosa Luxemburgo foi uma das primeiras a compreender, desde as controvérsias de 1901-2, o que estava em jogo neste discurso da ortodoxia. O tempo linear do progresso parece jogar a favor da socialdemocracia, que ganha terreno e obtém posições institucionais, mas ele segrega, ao mesmo tempo, uma pesada burocracia conservadora, cuja sorte se torna dependente da do Estado. Rosa Luxemburgo será a melhor preparada para compreender as bases profundas da desconcertante capitulação de Agosto de 1914. Por isso ela está atenta às rupturas e inovações surgidas da própria luta. 1905 na Rússia abre, a seus olhos, "uma nova época na história do movimento operário", e introduz um elemento novo, "a manifestação da luta proletária na revolução".

Em que condições poderá o proletariado quebrar as correntes da opressão e da alienação? A greve geral é a forma irruptiva que torna possível a estratégia. Uma libertação súbita da energia acumulada permite então uma modificação rápida das correlações de forças e desloca as peças do tabuleiro.

Mais lento para tomar consciência do conservadorismo burocrático e da sua relação com uma concepção uniforme do tempo histórico, Lenine tira daí, todavia, consequências mais radicais. O Estado constitui um núcleo estratégico decisivo da luta revolucionária. Mas não pode ser mudado a qualquer momento. Tentar este objetivo fora do tempo significaria simplesmente opor uma vontade arbitrária a uma passividade inerte, uma subjetividade absoluta a uma objetividade morta, como se a questão do poder estivesse permanentemente colocada na sua forma paroxística. As duas abordagens baseiam-se numa metafísica dualista do sujeito e do objeto. É por isso que a rotina parlamentar e a gesticulação esquerdista são complementares.

Lenine desenvolve, ao contrário, a noção estratégica de "crise revolucionária". Em certas condições excepcionais e particulares, o Estado torna-se vulnerável, o equilíbrio de forças torna-se crítico. Não importa quando: em toda a luta há ritmo, pulsações e batimentos, que a noção de crise permite pensar: "Toda a desordem dos ritmos produz efeitos conflituais. Desajusta e perturba. Pode também produzir um buraco no tempo, a ser preenchido por uma invenção, uma criação. O que só acontece, individualmente e socialmente, passando por uma crise" (Henri Lefebvre, *Eléments de rythmanalyse*, p. 63).

Enquanto a política parlamentar conhece apenas uma dimensão temporal, a do encadeamento monótono das sessões e das legislaturas, o tempo das revoluções é concentrado, redobrado sobre si mesmo. Chega a acontecer que "meses de revolução educam melhor e mais completamente os cidadãos que dezenas de anos de marasmo político" (Lenine, Œuvres VIII p. 572). Em 1905, Lenine acompanha Sun Zi no elogio da prontidão. É preciso então "começar na hora", "imediatamente": "formar imediatamente, em todos os lugares, grupos de combate".

A crise revolucionária é pluritemporal. Nela, misturam-se e combinam-se diversos tempos. A revolução na Rússia não é um simples prolongamento ou realização tardia da revolução burguesa, mas "um encadeamento" de duas revoluções. Esta ideia resume o espírito das famosas *Teses de Abril* (1917). Decorre logicamente do desenvolvimento desigual e combinado do espaço-tempo de uma época.

A política se mostra, então, moldada por ritmos e relevos. A arte da palavra de ordem é uma arte da conjuntura. Que a catástrofe possa ser conjurada depende desse sentido agudo do momento. Tal palavra de ordem, válida ontem, já não é válida hoje, mas voltará a ser amanhã: "Até 4 de Julho [1917], a palavra de ordem da passagem da totalidade do poder aos sovietes era correta". Depois, já não é. Do mesmo modo: "Nesse momento, e só nesse momento, talvez durante alguns dias no máximo, ou durante uma semana ou duas, um tal governo pudesse…" (Lenine, Œuvres XXV, p. 277).

ALGUNS DIAS, UMA SEMANA!

Em 29 de setembro de 1917, Lenine escreve ao Comité Central, que tergiversa: "A crise está madura", esperar torna-se um crime. Em 1 de Outubro, ele apressa-se em "tomar o poder imediatamente" em "passar imediatamente à insurreição". Alguns dias mais tarde: "Eu escrevo estas linhas em 8 de Outubro… O sucesso da revolução russa depende de 2 ou 3 dias de luta". E ainda: "Eu escrevo estas linhas na tarde de 24, a situação é crítica até ao limite. É claro agora que atrasar a insurreição é a morte. Está tudo por um fio".

Deve-se agir "esta noite, esta madrugada".

É notável constatar em que medida a elaboração desta

problemática nos anos da guerra e a oposição cada vez mais consciente à ortodoxia reinante estão ligadas, em Lenine, à releitura da *Lógica de Hegel*, que Marx também releu "por acaso" no momento da crise económica de 1857/8 (sobre isso, ver os *Cadernos filosóficos*, de Lenine; e também, Michael Löwy, *Da Grande Lógica de Hegel à Estação Finlândia de Petrogrado*, bem como o meu ensaio em *Stratégie et parti*). Desde 1915 ele sistematizou a ideia de crise revolucionária, que o obcecou ao longo de todo o ano decisivo de 1917. É esta ideia que torna concebível a conquista improvável do poder por uma classe submetida ordinariamente ao círculo de ferro da exploração e da alienação.

É a chave da questão vertiginosa: como de nada tornar-se tudo?

Mas o que é afinal a crise? Lenine não dá uma definição precisa. Enumera antes as suas condições algébricas gerais; quando os de cima já não podem…; quando os de baixo já não querem…; quando os do meio hesitam e podem balançar… As três condições são indissociáveis e combinadas. Trata-se, então, não de um movimento social que se aprofunda, mas especificamente de uma crise política da dominação, de uma crise do conjunto das relações sociais, cuja forma é uma "crise nacional". Esta última expressão aparece frequentemente nos seus textos.

Porquê "crise nacional" e não apenas "crise revolucionária"? É preciso, para Lenine, destruir o Estado burguês como um corpo separado. Mas substituí-lo por quê? É aqui que entra a "crise nacional". Na prática, a dualidade de poderes inerente à situação revolucionária só pode ter um desenlace vitorioso se certas funções vitais (abastecimento, transportes, segurança) do velho aparelho de Estado paralisado ou parcialmente deslocado são preenchidas por órgãos novos, mais democráticos e eficazes: a Comuna de Paris, os Sovietes de 1905, os conselhos operários de Turim… Estes órgãos são criações originais da própria luta, sem normas ou modelos pré-estabelecidos.

Mas para que uma crise possa desembocar numa vitória, falta às três condições enumeradas um quarto elemento que as combina: um projeto e uma vontade política, capazes de decidir no instante crítico entre vários possíveis. O partido político não tem, em Lenine, a função quase que exclusivamente pedagógica que lhe atribui Kautsky. Não é nem um simples reflexo do movimento social, nem um modesto portador de ideias, mas uma peça central do dispositivo estratégico. Quem diz estratégia, diz decisão, projeto, correlação de forças. A educação faz parte disso. Mas quem diz estratégia, diz também batalhas, provas em que o tempo não escoa de maneira uniforme, onde ele conta a dobrar, a triplicar. Se a revolução é social e política, o seu destino definitivo é decidido militarmente, na ação insurrecional de Outubro, que agarra a ocasião pelos cabelos, na precariedade do instante.

A experiência é eloquente. A escolha do momento é absolutamente crucial, como atestam as exortações de Lenine ao Comité Central reticente, durante os meses de Setembro e Outubro. É o momento! É preciso decidir-se! Agora. Não amanhã, nem depois de amanhã. Hoje. Porque, precisamente, o tempo não é indiferenciado. Deve-se agarrar o momento oportuno.

É aí que Lenine faz política e elabora a sua temporalidade própria. A de um tempo partido.

A burocracia sonha ter o acontecimento sob seu controle. Espera sem surpresa a vinda do que foi anunciado, e não concebe que o que foi anunciado possa não chegar. O revolucionário espreita o acontecimento potencial na crise. No momento da decisão, o julgamento manifesta o presente de uma presença. Esta acontecimentalidade irrevogável inaugura situações radicalmente novas onde "a nossa herança não é precedida de nenhum testamento", porque o próprio acontecimento esclarece as suas condições de aparição. É por isso que a revolução constitui, segundo Hannah Arendt, o "verdadeiro acontecimento, cujo alcance não depende da vitória ou da derrota".

*Daniel Bensaïd (1946-2010) foi professor de filosofia, membro da Liga Comunista Revolucionária e fundador do NPA. Militante do Maio de 68, foi também autor, entre outras obras, de *Marx, o Intempestivo*, edições Combate (2015).

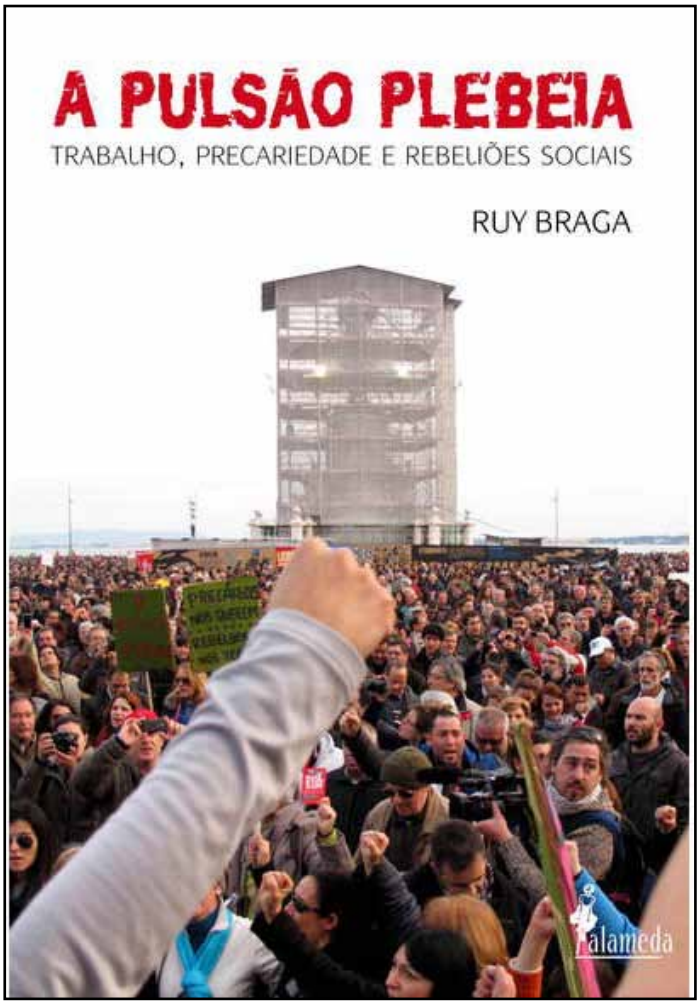
A pulsão plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais

DENI RUBBO*

Um possível título desta resenha poderia ser "Crónicas gramscianas". Trata-se de uma feliz expressão cunhada pelo sociólogo Michael Löwy que assina a quarta capa do recém-lançado livro, A pulsão plebeia. Inspirado largamente na obra do pensador marxista António Gramsci, o sociólogo Ruy Braga investiga, examina e interpreta os rastros de pólvora deixados pelas dinâmicas das ações coletivas globais nos últimos anos, especialmente nos países periféricos. Sob o fantasma da crise económica no sistema-mundo, os personagens reais dessa espinhosa trama social movem-se da impaciência à inquietação, da indignação aos estilhaços de contestação. Estes são denominados pelo autor de pulsão "plebeia", termo que procura acantonar não apenas trabalhadores, mas especialmente os jovens precarizados, sendo, portanto, uma noção mais ampla que a de proletariado.

Redigidos em um período relativamente curto, entre 2012 e 2014, mas politicamente rico de eventos e situações inesperadas, para não dizer insólitas, os artigos do livro – que não deixam de ter uma boa dose de intervenção pública –, procuram elaborar "hipóteses alternativas" que se distanciem do senso comum sociológico axiologicamente "neutro", tacanho, anacrónico e conservador. Na contramão dessas tendências, o autor aproxima-se de um estilo sociológico balizado "pela centralidade axiológica do conhecimento das classes subalternas", que tem sido constituído há alguns anos pelo Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (CENEDIC), localizado na Universidade de São Paulo (USP).

A sociologia de combate de Ruy Braga abarca uma variedade de temas que tiveram destaque na conjuntura dos assim chamados países do "Sul Global". Na esfera nacional, os direitos das empregadas domésticas, os "rolezinhos", as Jornadas de Junho de 2013, a prisão de Fábio Hideki, o surgimento do Bom Senso F. C., as greves dos garis no Rio de Janeiro. Na esfera internacional, o legado contraditório de Nelson Mandela, as comemorações espontâneas e populares da morte da ex-primeira ministra Margaret Thatcher, as



BRAGA, Ruy. *A pulsão plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais*. São Paulo: Alameda, 2015.

paralizações em toda a Argentina contra o "kichnerismo", os protestos massivos em Portugal.

Uma das características que o leitor identificará facilmente é que em diversos textos o autor procura traçar pontos comparativos com o Brasil, particularmente na questão que envolve trabalho, mobilização social e sindical. A comparação emerge da necessidade metodológica de clarificar aspectos obscuros de uma dada realidade. Assim, o exemplo de Portugal é paradigmático. Em meio à reprodução severa das políticas de austeridade que resultaram no aumento de

taxa de desemprego, baixos salários, flexibilização e precarização das relações de trabalho, essas transformações readquiram, por outro lado, uma nítida centralidade no atual ciclo de mobilizações sociais, de que participaram jovens e imigrantes, precarizados e precarizadas. Nas palavras do sociólogo, as mobilizações sociais inauguraram não apenas uma nova conjuntura do país, mas demonstraram "uma viabilidade colaborativa – não destituída de conflitos, é verdade – entre sindicatos e os movimentos ligados ao trabalho precário". Por um lado, se em Portugal a condição plebeia peleja para conservar os direitos sociais, do outro lado do Atlântico, o precariado brasileiro luta para efetivá-los. Desse modo, em ambos os países, o que traduz poeticamente a angústia desses setores pressionados de forma constante "pelo aumento da exploração económica e pela ameaça da exclusão social" são os versos da canção "Parva que sou", do grupo português Deolinda: "Sou da geração sem remuneração/Onde para ser escravo é preciso estudar".

Aliás, antes mesmo das explosões das Jornadas de Junho de 2013, quando "as temporalidades da crise económica internacional e da crise política nacional colocaram-se em concordância", Ruy Braga lançava em prognóstico que, mesmo sob a batuta de nossa tradicional cordialidade, "o futuro reserva sérias turbulências para o governo brasileiro".

E de facto, em um governo marcado pela junção de gastos sociais, reprodução da ortodoxia rentista, avanços efetivos na formalização do trabalho e concentração do emprego em ocupações que pagam até 1,5 salário mínimo, de crescimento económico e de condições de produção de trabalho barato, aumento das taxas de rotatividade e de acidentes de trabalho, essa combinação esdrúxula levou a uma explosão social sem precedentes na história recente do Brasil. Sem contar a "fusão" da alta burocracia sindical com o aparelho do Estado, iniciada em meados da década de 1990, consolidando a "hegemonia lulista", ou seja, "uma relação social de dominação apoiada na articulação entre o consentimento passivo dos setores populares e o consentimento ativo das direções dos movimentos sociais".

O leitor pode, contudo, descartar a ideia de que o livro foi escrito para uma conjuntura imediata. A variedade de temas abordados, a profundidade do tratamento, a visão estratégica de reflexão comprovam o contrário disso. Em realidade, os textos se aproximam mais daquilo que Gramsci afirmou, a propósito de seu projeto carcerário, como "*für ewig*" (para sempre), mesmo que eles ainda sejam resultados de caráter provisório e que não impeçam perspectivas distintas.

Talvez por isso, aliás, não tenha sido uma grande novidade o surgimento das Jornadas de Junho, não somente aos olhos do autor, mas também para o grupo de pesquisa ao qual pertence, o CENEDIC. Afinal, o grupo tem se dedicado com afinco à pesquisa justamente sobre "a inquietação social dos grupos subalternos com os limites do atual modelo de desenvolvimento". Trabalhos etnográficos, análise das modificações recentes da estrutura sócioocupacional, estudos de caso sobre situações de famílias trabalhadoras em vários bairros da periferia de São Paulo e sobre a precarização dos trabalhadores na capital, como a indústria de *call center*, são apenas alguns exemplos de uma agenda diversificada dos estudos subalternos protagonizados por esse centro de pesquisa no país.

TRATA-SE DE "UMA SOCIOLOGIA COMBATENTE E ABERTA AOS PÚBLICOS EXTRA-ACADÉMICOS, RESISTENTE ÀS SEDUÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, REFRATÁRIA AOS EXCESSOS DA ESPECIALIZAÇÃO DISCIPLINAR, E POR ISSO MESMO, LOCALIZADA NA CONVERGÊNCIA ENTRE O SABER CIENTÍFICO E O SABER ESTRATÉGICO".

Eis aqui um modo de fazer sociologia combativa à altura dos enigmas do tempo presente. Tal como afiança o autor, trata-se de "uma sociologia combatente e aberta aos públicos extra-académicos, resistente às seduções das políticas públicas, refratária aos excessos da especialização disciplinar, e por isso mesmo, localizada na convergência entre o saber científico e o saber estratégico".

Decidida a enfrentar, interpretar e transformar os desafios de uma conjuntura complexa, dinâmica e contraditória, essa sociologia "cientificamente objetiva e politicamente engajada" tem produzido belos trabalhos, como o livro de Ruy Braga, que ademais angariam um espírito portador de esperança crítica, sempre à prova de práticas renovadas.

* Deni Rubbo é doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP).

+info: redeanticapitalista.net